

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE ESTÁGIOS

NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO:
OS REFLEXOS NOS FUNDOS DE PENSÃO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE ESTÁGIO

DANIELLE SCHMIDT FOLETTO

Florianópolis, junho de 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE ESTÁGIOS

***NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO:
OS REFLEXOS NOS FUNDOS DE PENSÃO***

Trabalho de Conclusão de Estágio

Acadêmica
Danielle Schmidt Foletto

Orientado por
Prof. Gilberto de Oliveira Moritz, Ms.

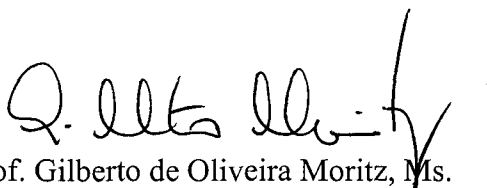
Co-orientado por
Prof. Luis Guilherme Prado Valles

Área de Concentração
Administração geral

Florianópolis, junho de 2001.

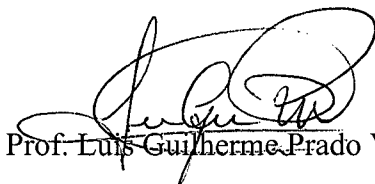
Este trabalho de Conclusão de Estágio foi apresentado e julgado perante a Banca Examinadora abaixo nominada, a qual atribuiu nota 10,0 a aluna Danielle Schmidt Foletto, na disciplina 'CAD 5401 – Estágio Supervisionado Obrigatório'.

Banca examinadora:



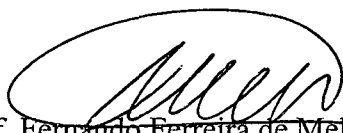
Prof. Gilberto de Oliveira Moritz, Ms.

Presidente



Prof. Luis Guilherme Prado Valles

Vice-Presidente



Prof. Fernando Ferreira de Mello Junior, Ms.

Membro



Prof. Sinésio Stefano Dubiela Ostroski

Membro

EPÍGRAFE

*“Dias inteiros de calma, noites de ardência,
dedos no leme e olhos no horizonte,
descobri a alegria de transformar distâncias em tempo.
Um tempo em que aprendi a entender
as coisas do mar,
a conversar com as grandes ondas,
a discutir com o mau tempo.
A transformar o medo em respeito,
o respeito em confiança.
Descobri como é bom chegar quando se tem paciência.
E para se chegar, onde quer que seja,
aprendi que não é preciso dominar a força,
mas a razão.
É preciso antes de mais nada,
QUERER”*

Amyr Klink

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus, pela vida e pela eterna proteção;

A meus familiares, pelo amor e incentivo que sempre foi presente em minha jornada;

Aos meus amigos, por me acompanharem de perto, compartilhando alegrias e apoiando-me nos momentos mais difíceis;

Aos meus colegas de trabalho e dirigentes da Fundação ELOS, que me ajudaram na consecução deste trabalho;

Ao meu orientador e co-orientador, pela prestimosa atenção sempre dedicada;

A todos os professores do Curso de Administração da UFSC, que durante toda a graduação, repassaram seus conhecimentos, imprescindíveis na minha formação;

Enfim, a todos aqueles que estiveram sempre comigo e muito me ensinaram com a convivência diária.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	vii
LISTA DE TABELAS	viii
LISTA DE GRÁFICOS	ix
LISTA DE QUADROS	x
RESUMO	xi
1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Apresentação	12
1.2 Justificativa	13
1.3 Viabilidade	13
2 OBJETIVOS	14
2.1 Objetivo Geral	14
2.2 Objetivos Específicos	14
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
3.1 Globalização	15
3.2 Previdência Social e Privada: definições	22
3.3 Histórico da Previdência Social	24
3.3.1 Previdência Social: Europa	24
3.3.2 Previdência Social: Brasil	25
3.4 Histórico da Previdência Complementar no Brasil	28
3.4.1 As Entidades Fechadas de Previdência Privada	30
3.5 Descrição da Fundação ELOS	35
4 METODOLOGIA DA PESQUISA	37
4.1 Natureza da Pesquisa	37
4.2 Caracterização da Pesquisa	37
4.3 Delimitação da Pesquisa	38
4.4 Técnica de Coleta dos Dados	38
4.5 Técnica de Análise dos Dados	39
5 PREVIDÊNCIA SOCIAL X GLOBALIZAÇÃO	40
6 FUNDOS DE PENSÃO X GLOBALIZAÇÃO	50
6.1 Aspectos Sociais	50
6.2 Aspectos como Instrumento de Recursos Humanos	50
6.3 Aspectos financeiros e sua contribuição para o desenvolvimento da economia no Brasil	53

7 FUNDAÇÃO ELOS X GLOBALIZAÇÃO	60
7.1 Estrutura da Fundação ELOS	63
7.2 Perfil dos participantes da ELOS	64
7.3 Perfil dos investimentos da ELOS	65
7.4 Comparação dos investimentos da ELOS com os Fundos de Pensão como um todo	67
7.5 Efeitos da globalização na Fundação ELOS	68
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77
9.1 Bibliografia científica	77
9.2 Documentos da Fundação ELOS	78
9.3 Periódicos	79
9.4 Sites da Internet	82
10 BIBLIOGRAFIA	83
11 ANEXOS	85

LISTA DE SIGLAS

ABRAPP	Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada
ABRH	Associação Brasileira de Recursos Humanos
AL	América Latina
BC	Banco Central
BD	Benefício Definido
CAP	Caixa de Assistência e Previdência
CD	Contribuição Definida
EAPP	Entidade Aberta de Previdência Privada
E.C.	Emenda Constitucional
EFPP	Entidade Fechada de Previdência Privada
ELETROSUL	Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S/A
ELOS	Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social
EPP	Entidade de Previdência Privada
GERASUL	Centrais Geradoras do Sul do Brasil S/A
IAP	Institutos de Aposentadoria e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICSS	Instituto Cultural de Seguridade Social
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
L.C.	Lei Complementar
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
PIB	Produto Interno Bruto
SINPAS	Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
SINDAPP	Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Privada
SPC	Secretaria de Previdência Complementar
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados

LISTA DE TABELAS

TABELA 01	Taxas médias anuais de crescimento por década	42
TABELA 02	População por grupos etários: 1970 – 2020	45
TABELA 03	Expectativa de sobrevida por idade	46
TABELA 04	Evolução do déficit da Previdência – RGPS	47
TABELA 05	Evolução da participação dos ativos das EFPP's na população ocupada	54
TABELA 06	Evolução dos ativos das EFPP's em relação ao PIB	54
TABELA 07	Renda Fixa x Renda Variável (dez./00)	58
TABELA 08	Investimentos dos 10 maiores Fundos de Pensão, sendo suas patrocinadoras empresas estatais	58
TABELA 09	Evolução do quadro de participantes da Fundação ELOS	65
TABELA 10	Programa de investimentos da ELOS nos anos de 1998 a 2000	66
TABELA 11	Comparação dos investimentos da ELOS x Fundos de Pensão	67

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01	Participação dos trabalhadores com carteira assinada na população ocupada: 1982 – 1999	41
GRÁFICO 02	Distribuição da população por faixa etária	46
GRÁFICO 03	Crescimento dos ativos das EFPP's em relação ao PIB	55
GRÁFICO 04	Evolução das EFPP's	57
GRÁFICO 05	Comparativo das EFPP's – Públicas e Privadas	57
GRÁFICO 06	Evolução dos investimentos das EFPP's	59
GRÁFICO 07	Evolução dos programas de investimentos da ELOS	67

LISTA DE QUADROS

QUADRO	01	Panorama internacional: Correlação entre a Previdência no mundo e no Brasil	34
QUADRO	02	Características dos Planos de Benefício Definido e Contribuição Definida	69

RESUMO

O presente trabalho objetiva conceituar os Fundos de Pensão, ou seja, Entidades Fechadas de Previdência Privada, integrantes da Previdência Complementar, e descrever os reflexos dos mesmos no contexto da globalização.

O trabalho inicia com um breve histórico da Previdência Social, passando para a Previdência Complementar, que é o foco principal do trabalho. Foram analisados os reflexos oriundos de legislação que alterou as regras da Previdência Social, que impulsionaram mudanças na Previdência Complementar, particularmente nos Fundos de Pensão.

Na parte dos Fundos de Pensão, procurou-se demonstrar os reflexos sociais e financeiros, retratando a sua grande contribuição para o desenvolvimento da economia brasileira, quando no papel de grandes investidores institucionais geradores de poupança estável e de longo prazo e a evolução dos ativos das EFPP's em relação ao PIB, que em 2000 foi de 13,6%. Também foram demonstradas as influências que estes trazem na política de recursos humanos das organizações, cada vez mais valorizadas pelos trabalhadores e possibilitando a essas empresas um diferencial perante as demais.

Para um melhor entendimento da operacionalização dos Fundos de Pensão, exemplificou-se com o estudo da Fundação ELOS, uma entidade catarinense, patrocinada pela ELETROSUL e pela GERASUL, com vinte e sete anos de existência, e que, dentre os duzentos e sessenta e oito Fundos de Pensão associados à ABRAPP, está no *ranking* dos investimentos em 33º lugar, o que significa ser um Fundo de Pensão de grande relevância.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

Atualmente, o mundo passa por transformações muito grandes e em um pequeno espaço de tempo. Na busca por atender melhor o atual mercado globalizado e competitivo, onde as ameaças são constantes e as oportunidades são quase que únicas, as empresas necessitam agregar valor as suas atividades.

Os produtos e serviços oferecidos estão exigindo uma qualidade muito superior, nunca vista anteriormente. O homem tornou-se mais exigente e não há mais limite territorial, principalmente no tocante à globalização econômico-financeira.

Por esse fato, as empresas que não se adaptarem às mudanças do mercado ficarão para trás e o desaparecimento é quase certo. O ambiente externo à empresa, como mercado em que atua, governo e concorrentes, influi totalmente sobre as atividades da organização, hoje mais do que nunca em virtude da abertura dos mercados.

O diferencial entre as organizações é um fator de extrema importância e ele pode ser adquirido, também, através da tecnologia, apesar de que o essencial são as pessoas, o fator humano. Está muito em evidência nos dias atuais, e cada vez mais exigido, pessoas com melhores qualificações e competências. Também as empresas estão fazendo a sua parte, que é o oferecimento de Planos de Aposentadoria para os seus funcionários, deixando-os seguros com o seu futuro e tornando-os comprometidos com os objetivos e metas da organização.

Há uma diferença entre o pensamento ocidental e o oriental; enquanto no ocidente, valorizar as pessoas que dedicaram tempo e energia ao trabalho está sendo um fato novo, no oriente isso já faz parte de uma cultura milenar, onde os mais experientes são fonte de sabedoria e admiração.

A Seguridade Social tem sido, durante o século XX, a principal causa do bem-estar alcançado pelos trabalhadores, especialmente nas nações mais desenvolvidas.

Os Fundos de Pensão estão tendo um expressivo crescimento em todo o mundo, pois esses representam uma forma de complementar o papel da Seguridade Social, proporcionada pelo governo. Estes representam, por um lado, o oferecimento, ao trabalhador e à sua família, de proteção em situações de velhice, invalidez, morte e incapacidade econômica, de uma forma geral, e, pelo lado financeiro, representam um

importante instrumento de canalização de poupança financeira para o financiamento dos investimentos produtivos, geração de mais empregos, sendo, extremamente importante para o equilíbrio e desenvolvimento do País.

Existe hoje no Brasil, uma enorme demanda por planos de aposentadoria complementar e sabe-se que ele tem, ainda, um grande espaço a percorrer nessa área. Essa expansão da Previdência Privada, nos últimos anos, revela uma verdadeira transformação no perfil da sociedade brasileira, que adquire maturidade e começa a planejar o seu futuro.

A Previdência Complementar tem como finalidade manter o padrão de vida dos aposentados, concedendo-lhes o recurso material e o respeito que merecem, após vários anos de trabalho e participação no desenvolvimento do País.

Não há dúvida de que investir no futuro significa dar um futuro tranquilo para os trabalhadores, que muito se dedicaram na vida laborativa e isso é possível através de um plano de Previdência Privada. Um plano de Previdência Complementar abre novos horizontes com perspectiva de contar com uma boa renda mensal por toda vida. Não se pode deixar o futuro dos trabalhadores à mercê de imprevistos ou da Previdência Oficial.

1.2 Justificativa

O tema deste trabalho foi escolhido em função da grande importância que os Fundos de Pensão estão tendo na vida dos trabalhadores e no desenvolvimento da economia do País e o mesmo foi confrontado com outro tema muito atual, que é a globalização.

1.3 Viabilidade

As condições para a realização do presente trabalho foram viabilizadas pelos dirigentes e funcionários da Fundação ELOS, assim como por alguns administradores de Bancos que possuem aplicações com a Fundação, sendo esta muito proveitosa e enriquecedora.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste trabalho é conceituar os Fundos de Pensão no Brasil e descrever os reflexos dos Fundos de Pensão no contexto da globalização.

2.2 Objetivos específicos

1. Identificar a bibliografia existente a respeito do tema;
2. Levantar o referencial teórico;
3. Contextualizar a globalização;
4. Desenvolver um breve histórico da Previdência Social no Brasil;
5. Desenvolver um histórico da Previdência Complementar no Brasil, dando ênfase às Entidades Fechadas de Previdência Privada (Fundos de Pensão);
6. Verificar os impactos da globalização nos Fundos de Pensão Brasileiros e sua interdependência;
7. Descrever a Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social – ELOS nos seguintes aspectos:
 - estrutura funcional;
 - perfil do quadro de participantes; e
 - perfil dos investimentos, comparando-os com os demais Fundos de Pensão.
8. Verificar os reflexos da globalização na Fundação ELOS.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Lakatos (1991, p. 225), “A citação das principais conclusões a que outros autores chegaram permite salientar a contribuição da pesquisa realizada, demonstrar contradições ou reafirmar comportamentos e atitudes”.

Com base nesses pressupostos, serão apresentados nas páginas a seguir, conceitos de alguns autores acerca dos temas abordados no desenvolvimento deste trabalho.

Um embasamento teórico faz-se necessário para melhor compreender e fundamentar os objetivos apresentados.

3.1 Globalização

O assunto globalização, segundo Hirst e Thompson (1998, p. 09), “... virou uma verdadeira mania nacional. A atitude varia do encantamento ao pânico, do fascínio à repulsa. Mas há um quase consenso de que se trata de um debate altamente prioritário”.

Primeiramente, faz-se necessário iniciar um histórico da globalização; o processo de globalização fincou suas raízes há muito tempo, no mínimo, há cinco séculos¹.

Antes de iniciar a primeira fase da globalização, os Continentes encontravam-se separados completamente, sendo que cada povo vivia isolado dos demais.

A primeira fase da globalização foi dominada pela expansão mercantilista (1450 a 1850); já a segunda, foi caracterizada pelo expansionismo industrial-imperialista e colonialista (1850 a 1950); e a última, tem sido a globalização recente, acelerada a partir do colapso da União Soviética e a queda do muro de Berlim (1989 até o presente), caracterizada pela cibernética e tecnologia.

A primeira globalização foi resultado da procura de uma rota marítima para as Índias; nessa fase, estruturou-se um sólido comércio triangular entre Europa (fornecedora de manufaturas), África (vendedora de escravos) e América (exportadora de produtos coloniais). A doutrina econômica dessa fase foi o mercantilismo adotado para estimular o desenvolvimento da economia dos reinos (monarquia).

Os principais acontecimentos que marcaram a transição da primeira para a segunda fase da globalização são técnicos e políticos, principalmente após o século XVIII, com a

¹ <wysiwyg://2.13/http://www.terra.c...aire/atualidade/globalizacao2.htm>

industrialização da Europa, dominada pelos interesses da indústria e das finanças. A doutrina econômica em que se baseava era o capitalismo *laissez-faire*². Os aspectos técnicos influentes foram o trem e o barco a vapor, que encurtaram distâncias, o telégrafo e, em seguida, o telefone.

Já Friedman (1999) cita que existem somente dois períodos de globalização; o primeiro foi antes da Guerra Fria (meados do século passado até o final dos anos 20) e o segundo, após a Guerra Fria (1985 até os dias atuais), ou seja, o período que estamos vivendo hoje. Ele diferencia as duas globalizações da seguinte forma: a primeira foi construída em torno da redução dos custos de transporte, como: a invenção da ferrovia, do navio a vapor e do automóvel, entre outros, em que as pessoas poderiam ir a muitos lugares, a um custo reduzido e com maior rapidez; já a atual, iniciou em torno do declínio dos custos das telecomunicações, em função dos *microchips*, dos satélites, da fibra óptica e da internet, sendo que essas novas tecnologias entrelaçaram o mundo de uma forma muito mais coesa.

Neste momento, faz-se necessário conceituar o que vem a ser essa tão comentada “globalização”. Não existe um conceito único e aceito por todos, mas de acordo com Friedman (1999, p. 48), “A globalização é um sistema excessivamente complexo para ser interpretado apenas por meio de grandes teorias”. Além de cada grupo ter seu conceito pré-formado, a literatura sobre globalização é ampla e muito variada. Forjaz (2000, p. 40) explica porque é tão difícil interpretar esse novo mundo, pois “... vivemos em um período de transição intensa na qual as velhas formas sociais e políticas ainda não morreram e as novas já estão nascendo”.

Friedman, em entrevista a Revista Veja (2000, n. 52, p. 90), diz que a globalização é um sistema internacional, que “... tem suas próprias regras, sua lógica interna, com pressões, incentivos, oportunidades e mudanças que afetam a vida de cada país, cada comunidade, cada empresa...”. Ele comenta que não é uma ideologia, nem mesmo um programa econômico a ser defendido mas, sim, uma interpretação do que está ocorrendo em todo o mundo.

² Liberalismo radical inspirado nos fisiocratas franceses e apoiado pelos economistas ingleses Adam Smith e David Ricardo que advogavam a superação do Mercantilismo com suas políticas arcaicas.

Hirst e Thompson (1998) têm uma opinião, seguida também por Paulo Nogueira Batista Jr., muito diferente da citada anteriormente. Estes demonstram que a globalização é um mito, uma ideologia, que tende a paralisar as iniciativas nacionais. Batista Júnior (*apud* Hirst e Thompson 1998, p. 10) chega a dizer que “a qualidade do debate tem deixado muito a desejar. Nunca tantos disseram tanta bobagem em tão pouco tempo. Segundo as versões mais exaltadas, estaríamos indefesos diante de movimentos irreversíveis e forças internacionais avassaladoras”. Mais à frente (p. 11), eles comentam que “a ideologia da ‘globalização’ funciona, além disso, como conveniente cortina de fumaça. Os governos têm-se servido da ‘globalização’ para isentar-se de responsabilidade por tudo de negativo que acontece na economia, transferindo-a para o âmbito de forças supranacionais fora do seu controle. [...] A ‘globalização’ virou pau para toda obra (sic). É desculpa para tudo e desfruta, além disso, da imortal popularidade de explicações que economizam esforços de reflexão”.

Hirst e Thompson (1998) sustentam a idéia de que a globalização é um mito, dizendo que:

1. em certos aspectos, a economia internacional atualmente está menos aberta e integrada do que no período de 1870 a 1914;
2. empresas genuinamente transnacionais são relativamente raras, pois a maior parte dessas empresas tem uma forte base nacional;
3. a mobilidade do capital não está produzindo uma transferência maciça de empregos e de investimentos dos países avançados para os países em desenvolvimento e que o Terceiro Mundo continua marginalizado;
4. a economia mundial está longe de ser puramente “global”, pois os fluxos de investimentos e de comércio continuam concentrados na Tríade da Europa, Japão e América do Norte e não parece que esse panorama irá se alterar; e
5. as grande potências econômicas, o G8 (EUA, Canadá, Alemanha, França, Itália, Inglaterra, Grã-Bretanha e Rússia), têm a capacidade de exercer fortes pressões sobre os mercados financeiros e nas tendências econômicas.

Mike Moore, Diretor Geral da O. M. C. (Organização Mundial do Comércio - tribuna que reúne 132 países responsáveis por mais de 90% dos negócios realizados no mundo), em sua reportagem na Revista Veja (2000, n. 24, p. 11), complementa, dizendo o seguinte:

“A globalização não é algo novo. A novidade são as transações financeiras feitas de um lado a outro do mundo ao toque de um botão. Desde que o homem é homem há trocas comerciais. Não estamos inventando a roda. No começo dos anos 30, o volume internacional em relação ao PIB mundial era maior que o de hoje. A idéia de que a globalização é um plano das multinacionais para dominar o mundo é ridículo”.

Generalizando, a globalização não é um fenômeno ou algo efêmero mas, sim, um sistema internacional abrangente que modela as políticas nacionais e as relações internacionais de praticamente todos os países.

Alguns autores têm uma visão extremada sobre a globalização, tanto na dimensão econômica, quanto política. Segundo Forjaz (2000), no aspecto político, esses autores (que, em geral, não são cientistas políticos) dizem que o Estado perdeu totalmente a sua importância como um agente decisor, diante do mercado globalizado e dos fluxos financeiros, os quais não respeitam as fronteiras nacionais. Essa visão extremada encontra-se principalmente nos círculos políticos, organizações multilaterais e no mundo dos negócios. Além dessa visão, pode-se citar a visão moderada e uma terceira, de acordo com uma perspectiva teórica. A mais moderada predomina nas academias, tanto entre economistas como cientistas sociais, e enfatizam as crescentes restrições ao governo nacional, que impede políticas macroeconômicas ambiciosas, as quais são divergentes das aceitáveis pelos mercados financeiros internacionais. Já a terceira visão nega totalmente o fenômeno globalização, considerando-o como uma “moda intelectual passageira”, a qual não tem nenhuma consistência teórica e respaldo em dados empíricos.

Para Drucker (*apud* Forjaz 2000, p. 47), “assim como a queda do Muro de Berlim simboliza o fim do socialismo, a coalizão transnacional contra a invasão do Kuwait pelo Iraque em 1990 simboliza o fim do predomínio da Nação-Estado soberana após 400 anos de História como ator principal e frequentemente o único do cenário político”.

Friedman (1999) comenta que muitas pessoas não entenderam a nova situação do mundo, quando caiu o Muro de Berlim, em 1989, mas, certamente, uma década mais tarde estão compreendendo muito melhor. Em 11 de outubro de 1989, no auge da crise econômica global, a Merrill Lynch (empresa global, líder em administração financeira e consultoria) publicou um anúncio de página inteira, conforme transcrito a seguir, nos principais jornais dos Estados Unidos para enfatizar esse aspecto.

“O Mundo Tem Dez Anos

Ele nasceu quando o Muro caiu, em 1989. Não admira que a economia mais jovem do mundo – a economia global – ainda esteja em busca de si mesma. Os complexos pesos e contrapesos que estabilizam as economias se desenvolvem com o tempo. Apenas recentemente ocorreu a liberalização de muitos mercados mundiais, governados pela primeira vez pelas emoções das pessoas e não pelo pulso do Estado. Do nosso ponto de observação, nenhum desses eventos compromete as expectativas de uma década atrás, resultantes da derrocada do mundo emparedado... A disseminação do livre mercado e da democracia em todo o mundo está permitindo que cada vez mais pessoas, em todos os lugares, convertam as suas aspirações em realizações. E a tecnologia, explorada de forma adequada e distribuída com liberalidade, tem o poder de eliminar não apenas as fronteiras geográficas, mas também as humanas. Parece-nos que, com apenas dez anos, o mundo continua a acenar com grandes promessas. Até então, nunca ninguém afirmou que o crescimento era fácil.” (ibid., p. 15).

Friedman (1999) cita algumas comparações muito interessantes entre a Guerra Fria e a globalização de hoje; eis, algumas delas:

- “O indicador básico da Guerra Fria era o peso (o peso de lançamento dos mísseis), já o indicador da globalização é a velocidade (a velocidade do comércio, das viagens, das comunicações e da inovação)”. (p. 32)
- “Parafraseando o teórico político alemão Carl Schmitt, a Guerra Fria foi um mundo de ‘amigos’ e ‘inimigos’. O mundo da globalização, em contraste, tende a transformar todos os amigos e inimigos em ‘competidores’”. (p. 34)
- “O símbolo da Guerra Fria foi o muro, que dividiu todo o mundo. O símbolo da globalização é a World Wide Web, que une o mundo todo”. (p. 31)

Com apenas algumas comparações, já se pode perceber a grande mudança que ocorreu em todo o mundo. O mundo de hoje, cada vez mais rápido, onde organizações e pessoas competem entre si para tomar o seu lugar no novo contexto, tendo a internet como uma força decisiva para a conexão entre todos os países, de um modo antes inimaginável, mudanças a cada dia, novas exigências, novos conceitos, tudo isso impulsiona a sociedade a adaptar-se rapidamente, para não se perder nesse novo universo.

Furtado (1998) descreve algumas das conseqüências negativas marcantes da globalização, como, por exemplo, a crescente vulnerabilidade externa e o agravamento da exclusão social. O autor complementa que neste fim de século o crescimento econômico

passará a ter como contrapartida uma nova forma de organização social, que redefinirá o perfil de distribuição de renda. “Pode-se enxergar nessa observação simples uma ameaça ou um desafio. Quando nada, o prenúncio de uma era de incertezas” (ibid., p. 27).

O mesmo autor menciona que o grande desafio é que para a minimização dos males causados pela globalização, como, por exemplo, a perda do controle, faz-se necessário que haja políticas que levem em conta a especificidade de cada país. Comenta que a globalização está longe de conduzir à adoção de práticas uniformes. “A miragem de um mundo comportando-se dentro das mesmas regras ditadas por um super-FMI existe somente na imaginação de certas pessoas.” (ibid., p. 74) Há disparidades entre os países, não só por fatores econômicos, mas também por fatores culturais e particularidades históricas. “A idéia de que o mundo tende a se homogeneizar decorre da aceitação acrítica de teses economicistas” (id.).

Do ponto de vista social, a globalização acarreta uma maior exclusão social, não beneficiando a todos de uma maneira uniforme. Podemos verificar, com o aumento do desemprego³ - que é considerado um drama nacional dos países mais pobres – que, com a globalização, os países perdem com a desvalorização da matéria-prima e o atraso tecnológico, com as barreiras alfandegárias punitivas às exportações dos países subdesenvolvidos e com as leis de proteção de patente, que dificultam o acesso das nações pobres a novas tecnologias. Uns ganham muito, outros ganham menos e outros perdem. O processo de globalização força uma baixa nos custos de produção e uma maior tecnologia para poder competir em outros países. É necessário investir na educação da população mais pobre e fomentar as pequenas empresas. A mão-de-obra menos qualificada é descartada; é preciso que se repense sobre esses pontos e inicie-se uma reforma na qualidade da mão-de-obra dos países menos favorecidos. A globalização pode ser considerada como um movimento que mudou o panorama do trabalho no mundo, homogeneizando padrões de qualidade, acirrando como nunca a concorrência entre empresas e trazendo uma crescente onda de desemprego.

³ Filho Teixeira. <<http://informal.com.br/artigos/art015.htm>> “Segundo dados da *United Nations Conference of Trade and Development*, em relatório de setembro de 1997, as 100 maiores empresas transnacionais têm juntas 2 trilhões de dólares em ativos (cerca de 20% do total mundial) e empregam apenas 6 milhões de pessoas. Isso dá uma idéia impactante sobre a concentração de ganho e a redução geral do emprego de mão-de-obra”. Os números mais recentes de empregos no Brasil parecem indicar um retrocesso social de 03 anos, pois em 1996 havia 24 milhões de trabalhadores com carteira assinada, o mesmo número de 1993. Sendo que, nesse meio tempo, 5 milhões de pessoas chegaram à idade produtiva, forçando cada vez mais o número de postos de trabalho. Somente em 1995, houve uma redução de postos de trabalho com carteira assinada em média de 400 mil, tendo havido em torno de 4,6 milhões de demissões.

“Os novos desafios, portanto, são de caráter social, e não basicamente econômico como ocorreu na fase anterior do desenvolvimento do capitalismo. A imaginação política terá assim que passar ao primeiro plano. Equivoca-se quem imagina que já não existe espaço para a utopia. Ao contrário do que profetizou Marx, a administração das coisas será mais e mais substituída pelo governo criativo do homem.” Furtado (1998, p. 33).

De acordo com Hirst e Thompson (1998), a primeira grande consequência da economia globalizada seria o caráter fundamental da governabilidade, pois é muito difícil regular os mercados globais, sendo que a principal dificuldade está na construção de “padrões efetivos e integrados de política pública nacional e internacional para enfrentar as forças de mercados globais” (ibid., p. 27). Já a segunda consequência, segundo os mesmos autores e reafirmada por Forjaz (2000), seria a transformação das empresas multinacionais em empresas transnacionais. Essas empresas teriam capital inteiramente livre, sem identificação nacional específica, com sua administração internacionalizada, e localizando-se em qualquer lugar do mundo, a fim de obter retornos mais seguros e mais altos; essas empresas não poderiam mais ser controladas ou restringidas pelas políticas de Estados Nacionais particulares, pois a economia seria regida pelas forças do mercado. “A corporação transnacional seria a principal manifestação de uma economia realmente globalizada” (Hirst e Thompson 1998, p. 29). As transnacionais constituem o carro chefe da globalização. Celso Furtado (1998) menciona que essas empresas contribuem para aumentar a diferença entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Na balança de poder do mundo, o Estado muitas vezes se enfraquece diante do sistema financeiro globalizado, pois todos os Estados Nacionais, de acordo com Forjaz (2000, p. 42) “... estão hoje sujeitos a poderes mais amplos do que eles próprios ...”. Isso é fruto de uma época ideologicamente confusa, na qual a crença era de um sistema único e infalível, mas, após a queda do Muro de Berlim, a situação mostra-se instável para os Estados emergentes. Pode-se exemplificar com o fluxo contínuo do capital financeiro, que ultrapassa as fronteiras nacionais, em que os Estados não têm mais condições de controlá-lo, assim como as comunicações, que estão acima do controle local. “A informação e o dinheiro não têm pátria, assim como outras necessidades atuais exigem instituições globalizadas: é o caso das políticas de proteção ambiental que não podem se ater às fronteiras nacionais e exigem atuação em escala mundial” (ibid., p. 43).

Hirst e Thompson (1998, p. 25) acrescentam, dizendo que “as comunicações nos últimos tempos do século XX e a revolução na tecnologia da informação desenvolveram,

mais do que criaram, um sistema comercial que poderia determinar diariamente os preços mundiais. Na segunda metade do século XIX, os cabos telegráficos intercontinentais submarinos possibilitaram a integração dos mercados mundiais”. Nesse sentido, os sistemas modernos impulsionaram um aumento drástico no volume e complexidade das transações.

Conforme já comentado no início deste item 3.1, os autores mencionam que a crescente proeminência do comércio exterior e os crescentes fluxos internacionais de capital não são evidências de um novo e distinto fenômeno chamado “globalização”; essas características eram visíveis na economia internacional antes de 1914.

O mercado financeiro internacional tem um grande poder, adquirido pelos fatores da desregulamentação dos anos 80 e o avanço tecnológico nas comunicações, fazendo com que capitais percorram o mundo expressivamente. Sobre isso, Pereira Júnior (2000)⁴ diz:

“Abertura de mercados ao comércio internacional, migração de capitais, uniformização e expansão tecnológica, tudo isso, capitaneado por uma frenética expansão dos meios de comunicação, parecem ser forças incontroláveis a mudar hábitos e conceitos, procedimentos e instituições. Nosso mundo aparenta estar cada vez menor, mais restrito, com todos os seus cantos explorados e expostos à curiosidade e à ação humana. É a globalização em seu sentido mais amplo, cujos reflexos se fazem sentir nos aspectos mais diversos de nossa vida”.

3.2 Previdência Social e Privada: definições⁵

Faz-se necessário, para um melhor entendimento deste estudo, apresentar inicialmente alguns termos específicos acerca do tema.

a) aposentadoria: benefício principal de um fundo de previdência, pago normalmente na forma de renda vitalícia, podendo ser concedido quando o associado preencher (total ou parcialmente, dependendo da circunstância) os requisitos referentes a um dos casos abaixo:

- *velhice*: genericamente, é definida como uma idade, mais ou menos avançada, em que a pessoa passa a viver num estado de carência, não apenas física, mas também

⁴ PEREIRA JÚNIOR, José de Sena. <<http://www.iis.com.br/~rbsoares/geo7.htm>>

⁵ As definições: *a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e t* – Koller, 1998, a definição *q* – Brasil. MPS, 1993 e a definição *r* – Constituição da República Federativa do Brasil – Cap. II, Seção I, Art. 194.

de meios de subsistência (hoje em dia, para diminuir o impacto causado pelo termo “velhice”, utiliza-se a expressão “aposentadoria por idade”);

- *tempo de serviço*: período durante o qual o participante contribui regularmente para a Previdência Social. Atualmente, para se aposentar por tempo de serviço, com benefício integral, o período de contribuição é de 35 anos para os homens e de 30 anos para as mulheres⁶;
 - *invalidez*: estado de deficiência física ou mental que cerceia ou tira totalmente, temporária ou permanentemente, a capacidade laborativa do inscrito no plano de benefícios (no caso de invalidez temporária o associado recebe um benefício chamado auxílio-doença);
- b) assistência social: segmento da Previdência Social que se propõe, fundamentalmente, a prestar serviços ao trabalhador ou beneficiário. Esta assistência será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social⁷;
- c) atuária: ciência que se utiliza de diversos campos de conhecimento, como: estatística, matemática (inclusive financeira) e leis das probabilidades para, estabelecer as possibilidades de incidência de determinados eventos sobre determinados grupos, em determinado tempo;
- d) beneficiário: pessoa que recebe benefícios de um plano de previdência;
- e) benefício: pagamento ou contraprestação devida pela entidade de previdência ao participante ou dependente, sendo classificado em:
- *benefício de risco*: pode acontecer e ser necessário a qualquer momento, não dependendo, portanto, de programação prévia (Ex.: aposentadoria por invalidez e pensão por morte); ou
 - *benefício programado*: acontece num momento pré-determinado, como uma idade ou um período de contribuições estabelecido no regulamento do plano. (Ex.: aposentadoria por idade ou por tempo de serviço);
- f) carência: período de tempo ininterrupto e/ou número mínimo de contribuições necessários para que, ocorrendo o fato que gere direito ao benefício, o participante ou beneficiário tenha direito a ele;
- g) contribuição: pagamento mensal efetuado pelo participante e/ou patrocinadora à entidade de previdência, para a composição do fundo de previdência;
- h) custeio: origem dos recursos que compõem o fundo de previdência;

⁶ A Lei nº 9.876, de 29.11.1999, introduz alterações na aposentadoria pelo INSS.

⁷ Constituição da República Federativa do Brasil – Cap. II, Seção IV, Art. 203

- i) dependente: para a concessão de benefícios, considera-se, geralmente viúvo ou órfão de participante;
- j) excedente financeiro: rendimento obtido acima do mínimo exigido nos planos de previdência privada;
- k) participante: pessoa que se inscreve e contribui para um plano de previdência;
- l) patrocinadora: entidade que contribui de forma permanente e regular para uma Entidade Fechada de Previdência Privada, com a finalidade de que esta preste a seus empregados, que se inscreverem como participantes, a complementação dos benefícios concedidos pela Previdência Social;
- m) pecúlio: capital a ser pago de uma só vez ao beneficiário, quando ocorrer a morte do participante ou quando o mesmo optar por transformar a sua renda mensal em pagamento único, na forma estipulada no plano de benefícios;
- n) pensão: renda percebida pelo beneficiário de um plano de benefícios a partir da morte do participante de quem era dependente, estando aquele aposentado ou não;
- o) previdência social: sistema que se propõe a assegurar os meios indispensáveis de manutenção às pessoas, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente;
- p) renda: série de pagamentos mensais ao participante, na forma estabelecida no plano de benefícios;
- q) segurado: pessoas definidas em lei, que contribuem para o custeio das prestações; e
- r) seguridade social: compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

3.3 Histórico da Previdência Social

3.3.1 Previdência Social: Europa

Na Europa, a Previdência Social teve seu início na passagem do século XIX para o século XX. Na segunda metade dos anos 40, a população começou a receber pensões que possibilitavam um padrão de vida mais adequado. Já nos anos 50 e início dos anos 60, o

valor das aposentadorias começou a ser incrementado e aumentava, ao mesmo tempo, a parcela da população que era beneficiada.

Pode-se dividir em dois grande grupos os membros da comunidade européia, no que se refere aos regimes de previdência pública e privada. De um lado o grupo privatizante, formado pelo Reino Unido, Dinamarca, Irlanda, Alemanha, Holanda, Grécia e França e de outro lado o grupo estatizante, formado pela Espanha, Portugal, Itália, Bélgica e Luxemburgo.

Atualmente, em todos os países da Europa há um regime básico de previdência, administrado pelo governo e regido pelo sistema de repartição. A aposentadoria é por idade e a maioria dos regimes é contributivo, havendo também regimes universais. Da mesma forma, há em toda a Europa um sistema complementar que pode ou não ser compulsório (Congresso XVI – ABRAPP, 1995, p. 22).

3.3.2 Previdência Social: Brasil

A Previdência Social no Brasil já passou por várias mudanças conceituais e estruturais, envolvendo, por exemplo, o grau de cobertura, benefícios oferecidos e a forma de financiamento do sistema.

Faz-se necessário elaborar um histórico da Previdência Social, e posteriormente da Previdência Complementar, a fim de possibilitar uma maior compreensão dos Fundos de Pensão, objeto principal do presente trabalho.

Segue abaixo, uma estória que foi extraída do texto do Leite (1983, p. 8), que demonstra de uma forma muito interessante onde surgiu, a previdência.

“Na verdade, quando um homem primitivo, nas brumas da pré-história, guardou um naco de carne para o dia seguinte, depois de saciar a fome, estava nascendo a previdência. É certo que ainda se tratava de previdência, simplesmente; mas não é menos verdadeiro que dela para a previdência social foi apenas uma questão de técnica. Mais adiante recordaremos que a técnica, no caso, foi a do seguro, primeiro privado e depois social”.

Leite (1983) afirma que foi essa previsão inteligente que levou o homem a pensar no dia de amanhã; muito depois, reuniram-se com seus semelhantes em montepios e outras associações mutualistas e passaram a utilizar a técnica securitária quando o desenvolvimento intelectual da humanidade a inventou. A dupla básica da Previdência

Social é, de um lado, o mutualismo levando ao seguro social e, do outro, a solidariedade humana como atribuição do Estado.

Foi em 1883, na Alemanha, o primeiro marco da Previdência Social, por iniciativa do Primeiro-Ministro Otto von Bismarck. Os motivos que levaram Bismarck a preparar os projetos de lei para que o Imperador Guilherme I aprovasse foram, predominantemente, políticos; também após a rápida industrialização da Alemanha, criaram-se condições favoráveis, em função da elevação do nível econômico e da melhora do padrão de vida dos trabalhadores (id.).


No Brasil, a Previdência Social foi regulamentada em 1923, com a Lei Elói Chaves, de acordo com o Decreto Legislativo nº 4.682, de 24.01.1923. Muitos estudiosos contestam essa data e dizem que ela iniciou numa lei de 1919, sobre indenizações por acidente de trabalho; outros dizem que começou antes disso ainda. Essas discordâncias deixaram de existir desde que o Regulamento Geral da Previdência Social, de 1960, instituiu o “Dia da Previdência Social” em 24 de janeiro, ou seja, a data da Lei de Elói Chaves (Leite, 1986-ago).

Essa lei criou, em cada empresa ferroviária, uma Caixa de Assistência e Previdência (CAP's), procurando atender às necessidades básicas dos trabalhadores, como: aposentadoria (por velhice, invalidez e tempo de serviço), pensão e assistência médica e farmacêutica (id.), inaugurando, assim, todo um modelo de organização da Seguridade Social, no âmbito da proteção ao trabalhador. As CAP's eram divididas por empresa e/ou categoria profissional, sendo que seu sistema básico era de capitalização coletiva, tendo de ser financiada de forma tripartite - por trabalhadores, empresa e Estado. Elói Chaves inspirou-se basicamente na legislação previdenciária alemã e também na lei Argentina. Ele conceituava a previdência social como “sólida âncora da estabilidade social” (Leite, 1983, p. 69).

Um dos pontos importantes dessa lei foi a existência de limite mínimo para a aposentadoria por tempo de serviço, sendo que, nesse projeto, o limite era de 55 anos mas ele foi aprovado com o limite de 50 anos. Outro ponto importante foi a cobertura dos acidentes de trabalho (Leite, 1986-ago).

O ponto fraco da Lei Elói Chaves estava na probabilidade de não possuírem empregados em número suficiente para a cobertura da Previdência Social (id.).

A Lei iniciou, como foi citado anteriormente, para os trabalhadores ferroviários; em seguida, houve a cobertura para os demais serviços públicos, até a extensão aos



assalariados de uma forma geral. Após essa fase, passou a existir para os trabalhadores autônomos e empregados que não possuíam atividade remunerada e, por fim, atingiu os trabalhadores rurais (id.).

Em 1930, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e, a partir de 1933, o Modelo de Caixas passou a ser substituído por um modelo de vinculação exclusiva, de acordo com o gênero ou categoria profissional, ou seja, os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP's) (Congresso XVI – ABRAPP, 1995).

Em 1964, houve uma reformulação na Previdência Social e, em 1966, o Decreto Lei nº 72, de 21.11.1966, extinguiu os IAP's, fundindo suas estruturas no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), vinculado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social; a partir dessa fase é que os trabalhadores rurais começaram a ter coberturas sociais.

Deve-se ressaltar que a evolução administrativa culminou em 1974, com a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social. Em 1975, foi elaborada a Consolidação das Leis da Previdência Social e, somente em 1977, a Lei 6.439, que criou o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS). A constituição do SINPAS coincidiu com um período de intenso desenvolvimento do Brasil e de um acentuado crescimento da população economicamente ativa, graças, inclusive, à crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho (Leite, 1986-ago).

Esta estrutura se manteve até o advento da Constituição de 1988, que definiu um novo conceito de Seguridade Social, mais abrangente, estendendo os direitos à cobertura previdenciária, saúde e assistência social para toda a população, independentemente do ramo profissional e da existência ou não de vínculo contributivo.

Somente em 1990, o INPS passou a se denominar Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), passando a ter como atribuições: arrecadação, administração e pagamento de benefícios da previdência social.

De acordo com Leite (1983, p. 10), a Previdência Social é

“... um serviço público destinado a amparar a população economicamente ativa em situações (riscos ou contingências) previstas em lei, essencialmente com benefícios em dinheiro e mediante custeio a cargo dos próprios trabalhadores (segurados), das empresas e na grande maioria dos países do Estado. Por outras palavras, a Previdência Social se destina a substituir ou reforçar a remuneração, nos casos em que esta deixa de ser recebida ou é insuficiente para atender a determinados gastos especiais.”

Um ponto importante que deve ser entendido é que substituir ou reforçar a remuneração, quer dizer, manter o poder aquisitivo, garantindo ao segurado e seus dependentes a conservação da sua capacidade de consumo, havendo uma grande ligação entre o desenvolvimento de um país e a Previdência.

Segundo Leite (1986-mar), a seguridade social é o elemento básico e condição essencial para o equilíbrio sócio-econômico. Ele cita que a Associação Internacional da Seguridade Social, que a OIT ajudou a criar, foi concebida assim: “... Não existe paz duradoura sem justiça social; e não existe justiça social sem seguridade social” (ibid., p. 139). A Organização Internacional do Trabalho – OIT, “... além de concorrer de várias maneiras para a expansão e aperfeiçoamento da previdência social e da seguridade social, é a principal fonte das normas que ambas devem observar.”

No período de 1940 a 1980, a seguridade social foi um fator decisivo na promoção do bem-estar social, mas este não foi eficiente nem suficiente para evitar as conseqüências negativas sobre a economia, ou possibilitar um equilíbrio entre o custo do sistema e os benefícios recebidos pelos contribuintes.

3.4 Histórico da Previdência Complementar no Brasil

A previdência privada surgiu na década de 60, formada pelos Montepios, época em que não existia legislação regulamentando essas Entidades. Lançavam-se planos, usando propaganda enganosa, sem nenhuma base técnica e sem nenhum amparo jurídico. Com essa situação constatada, o sistema caiu em descrédito.

Nos anos de 75/76, foi criado o MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social (conforme já citado), época em que se deu início aos estudos de um projeto de lei que regulamentasse essas Entidades.

Esse projeto transformou-se na Lei 6.435, de 15.07.1977, que formalizou e institucionalizou iniciativas que já se manifestavam nas empresas e nos empregados, no sentido de complementar os benefícios da previdência pública. Já àquela época, estes eram insuficientes para proteger o poder aquisitivo dos trabalhadores aposentados.

A Lei 6.435 define, em seu art. 1º, que as Entidades de Previdência Privada “são as que têm por objeto instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de

benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social, mediante contribuição de seus participantes, dos respectivos empregadores ou de ambos”.

A Constituição de 1988, no art. 21º, cita que compete à União:

VIII – “... fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguro e de previdência privada” [grifo meu].

Deve-se destacar que, até 1977, eram poucas as opções que existiam no campo da previdência privada; sendo assim, quem não trabalhasse em uma empresa que oferecesse algum tipo de aposentadoria para os seus empregados, não encontrava outra opção se não contribuir para os montepios, sendo que estes não conseguiram resistir por muito tempo no mercado e terminaram perdendo a sua credibilidade. Após esse período, com a instituição da Lei 6.435, conforme já citado, esse panorama alterou-se (Conjuntura Social, abr./jun. 2000).

A Lei 6.435 normatiza, em seu art. 4º, todo o sistema de previdência privada nacional, classificando as entidades, de acordo com a relação entre a mesma e os participantes dos Planos de Benefícios, em Entidades Fechadas e Entidades Abertas e de acordo com seus objetivos, em: entidades de fins lucrativos e entidades sem fins lucrativos.

As diferenças fundamentais entre entidades abertas e entidades fechadas, de acordo com a SPC, são:

▪ Entidades Abertas:

- acessíveis ao público em geral;
- geralmente com fins lucrativos;
- organizadas em forma de sociedade anônima (banco ou seguradora);
- trabalham livremente no mercado;
- integram-se ao Sistema Nacional de Seguros Privados,
- têm como órgão executivo a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) – Ministério da Fazenda; e
- *finalidade básica:* instituição de planos de concessão de pecúlios ou de rendas.

▪ Entidades Fechadas:

- acessíveis a empregados e dirigentes de empresa ou grupo de empresas;
- sem fins lucrativos;
- organizadas sob forma de sociedade civil ou fundação;

- complementares ao sistema oficial de previdência e assistência social;
- atividades enquadradas na área de competência do MPAS;
- têm como órgão executivo a Secretaria de Previdência Complementar (SPC); e
- *finalidade básica*: execução e operação de planos de benefícios.

As entidades fechadas são comumente denominadas de Fundos de Pensão, fundações, fundações de seguridade, entidade de previdência e caixas de assistência.

3.4.1 As Entidades Fechadas de Previdência Privada

De acordo com a Lei 6.435⁸, art. 34, “as entidades fechadas consideram-se complementares do sistema oficial de previdência e assistência social, enquadrando-se suas atividades na área de competência do Ministério da Previdência e Assistência Social”.

O Decreto nº 81.240, de 20.01.1978, em seu art. 1º, as “entidades fechadas de previdência privada são sociedades civis ou fundações criadas com o objetivo de instituir planos privados de concessão de benefícios complementares ou assemelhados aos de previdência social, acessíveis aos empregados ou dirigentes de uma empresa ou de um grupo de empresas, as quais, para os efeitos deste regulamento, serão denominadas patrocinadoras”.

A Lei Complementar nº 109, de 29.05.2001, em seu art. 31, ampliou o acesso a Previdência Complementar, conforme segue abaixo:

“as entidades fechadas são aquelas acessíveis, na forma regulamentada pelo órgão regulador e fiscalizador, exclusivamente:

I – aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas e aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, entes denominados patrocinadores; e

II – aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, denominadas instituidores.”

Os fundos de pensão podem ser classificados como *singulares*, “quando estiverem vinculadas a apenas um patrocinador ou instituidor” ou *multipatrocinados*, “quando congregarem mais de um patrocinador ou instituidor” (Lei Complementar nº 109, art. 34, II).

⁸ Essa lei foi revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29.05.2001. Art. 2º “O regime de previdência privada é operado por entidades de previdência complementar que têm por objetivo principal instituir e executar planos de benefícios de caráter previdenciário”.

Os Fundos de Pensão têm oferecido inestimável contribuição ao País, nos campos do crescimento econômico e do desenvolvimento social. Este se dá ao exercerem a sua atividade-fim, quando realizam a sua atividade-meio. Entendendo a diferença entre elas, como:

- Atividade-meio: a aplicação dos recursos arrecadados em ativos econômicos. Com o acúmulo de uma expressiva poupança bruta, essas entidades têm figurado como partes relevantes do esforço nacional de crescimento econômico. Outros pontos que devem ser destacados:
 - como investidoras no mercado de ações, elas são co-responsáveis pela estabilidade e pelo crescimento desta atividade no País;
 - como investidoras no mercado imobiliário, propiciam a introdução e o rápido crescimento dos *shopping centers*, entre outros ativos, os quais são responsáveis pela modernização e dinamização do comércio;
 - têm sido aliadas do governo nos esforços voltados à estabilização da economia, principalmente pela contribuição no alongamento da dívida externa, face às aplicações em papéis de emissão governamental; e
 - estão participando como parceiras da iniciativa privada, da reativação do mercado imobiliário habitacional, bem como nos investimentos na área da saúde.
- Atividade-fim: a complementação dos benefícios previdenciários dos trabalhadores-participantes, promovendo o desenvolvimento econômico/social.

É de extrema importância ressaltar as vantagens que os Fundos de Pensão oferecem a todas as partes envolvidas. Eis algumas:

- Para os empregados:
 - garante o seu poder aquisitivo durante a aposentadoria, assim como proteção nos casos de enfermidade;
 - possibilitam uma vida profissional produtiva, pois são salvos de tanta preocupação com o seu futuro, ao contrário do que ocorre com aqueles que dependem exclusivamente da previdência pública (INSS); e
 - mais duradouro usufruto da aposentadoria, pois esses participantes requerem o benefício assim que completam o tempo de contribuição, o que não acontece com aqueles que já completaram seu tempo e estão receosos com o seu futuro, permanecendo trabalhando mesmo envelhecidos, a fim de não perder capacidade de consumo.

▪ Para as empresas:

- maior produtividade, pois seus empregados estão psicologicamente mais estruturados e também são leais à empresa em resposta à contribuição por ela oferecida ao custeio dos seus planos de benefício; e
- renovação dos quadros de pessoal, pois aqueles que se aposentam deixam a empresa, na maioria das vezes, e seus postos ficam livres para o ingresso de outras pessoas; eles saem, pois já estão garantidos com a sua aposentadoria.

▪ Para o País:

- formação de poupança interna estável e de longo prazo para o financiamento de atividades produtivas privadas;
- diferimento de renda do consumo imediato, com seus efeitos antiinflacionários, em decorrência da contribuição oferecida pelas empresas e da retenção de parte do salário direto dos empregados para a formação da poupança previdenciária; e
- complementação dos benefícios oferecidos pelo sistema previdenciário público, que atenua a demanda sobre ele exercida, a qual não poderia ser atendida sem o concurso desses aliados privados.

Drucker (*apud* Congresso XV – ABRAPP, 1994, p. 71) alerta que “os fundos de pensão são as economias dos empregados de hoje e não devem servir a nenhum outro fim que não seja o futuro financeiro dos atuais empregados. Esse é o maior ‘fim social’ que eles podem ter”. Complementa, dizendo que “imaginemos uma boa parte dos recursos dos fundos aplicada em apoio a projetos que levem ao aumento de produção, implantação de novos projetos, adoção de novas tecnologias, etc. Certamente temos aí uma grande poupança que poderia se transformar num importante instrumento de desenvolvimento do Brasil.” (id.).

É importante citar o desenvolvimento dos fundos de pensão na Europa. Na Holanda e na Suíça, os fundos acumulam, de acordo com a Revista ABRAPP (mar./98) uma poupança previdenciária superior ao seu PIB. Nos planos holandeses, chegam a 127% do PIB, já os suíços, ficam somente um pouco atrás, tendo atingido 117% do seu PIB. Na América Latina, com um contingente de aproximadamente 27 milhões de participantes, os fundos terminaram o ano de 1997 com um patrimônio de US\$ 136 bilhões, o equivalente a 8% do PIB da América Latina. Para 2015, a projeção é de que esse valor passe para US\$ 954 bilhões.

“Os fundos de pensão são, provavelmente, o fenômeno social e econômico mais importante deste século”.

Peter Drucker

Os planos privados previdenciários podem ser divididos em Benefício Definido, Contribuição Definida ou Misto (Congresso XV – ABRAPP, 1994), conforme abaixo:

▪ Benefício Definido:

- modalidade na qual, *a priori*, estabelecem-se as regras de cálculo do valor do benefício. Nos fundos de pensão, o valor exato do benefício somente será determinado à época do seu requerimento, sendo este pouco previsível quando da entrada de um novo participante no plano.

▪ Contribuição Definida:

- modalidade na qual, *a priori*, estabelecem-se os patamares contributivos do participante e da patrocinadora. O valor do benefício depende das contribuições realizadas e, preponderantemente, pela rentabilidade alcançada pelos investimentos da entidade.

▪ Misto:

- considerada uma modalidade híbrida, a qual conjuga características da contribuição definida às aposentadorias programadas. Já para os benefícios de risco (aposentadorias por invalidez ou pensão por morte), utiliza-se o benefício definido, sendo coberto pela patrocinadora e, eventualmente, pelos participantes.

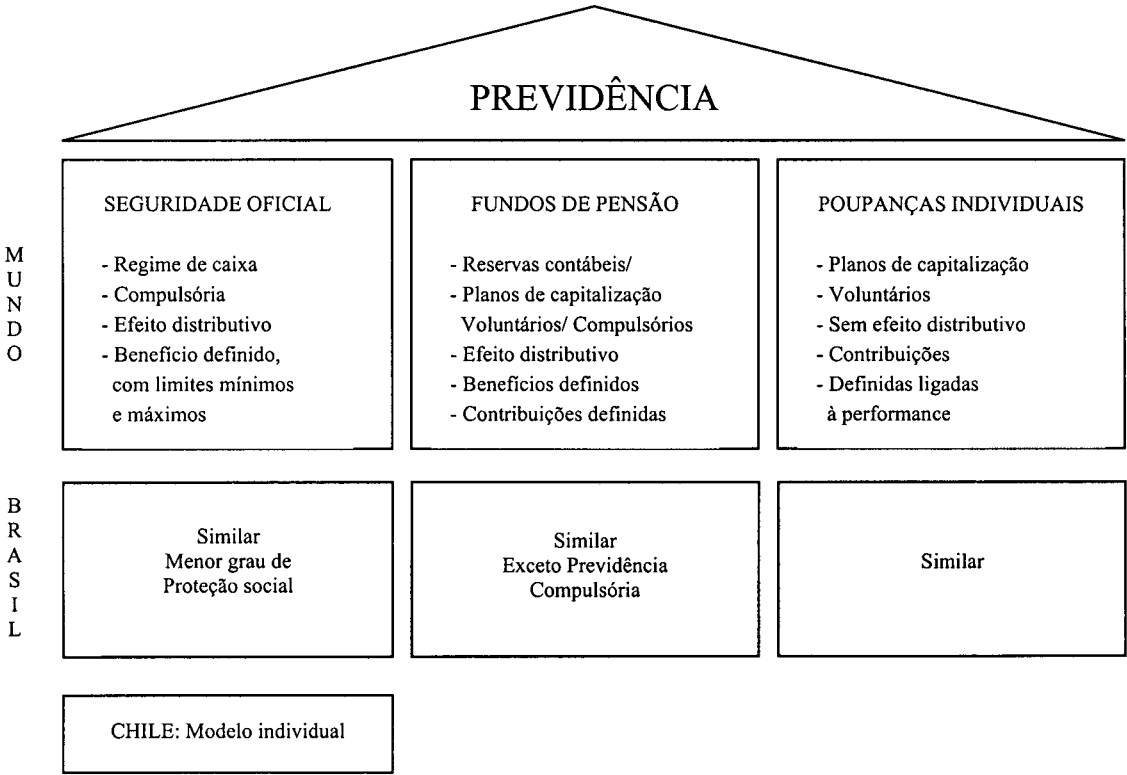
Na prática, o plano de benefício definido significa que o benefício recebido da Previdência Oficial somado à complementação paga pela Previdência Privada, deve ser equivalente ao salário que a pessoa vinha recebendo antes de se aposentar.

Já no plano de contribuição definida, o processo é diferente: o participante contribui com um parcela mensal fixa, corrigida periodicamente. O fundo de pensão aplica no mercado financeiro essas contribuições e, no final de um período pré-determinado, devolve ao participante esse montante juntamente com a rentabilidade do mesmo. Essa devolução pode ser efetuada em um único pagamento ou em prestações mensais vitalícias, sendo que, se o mesmo optar por este último tipo de pagamento, será elaborado um cálculo atuarial, em que se determina o valor das parcelas mensais de acordo com fatores, que vão desde a idade e expectativa de vida, até o valor total do montante acumulado.

Os planos mistos conjugam as características dos dois tipos de planos citados acima, tentando conciliar os pontos negativos e positivos de cada um deles.

Na maior parte dos países, e inclusive no Brasil, a adesão a qualquer um desses planos é voluntária; mas somente no Chile isso não ocorre, pois lá a previdência privada é compulsória e baseada em uma única vertente, não existindo o tripé estatal. Esse modelo não convém ao Brasil, em função de seus custos sociais, econômicos e financeiros. Em todo o mundo e no Brasil, somente é obrigatória a Previdência Social, como pode se observar no quadro abaixo.

Quadro 1. Panorama Internacional: Correlação entre a Previdência no mundo e no Brasil



Fonte: Conjuntura Social, abr./jun. 2000, p. 111

Ao se observar os principais aspectos da previdência voluntária no Brasil e no mundo, percebe-se que o Brasil possui muitos pontos similares às práticas internacionais.

A previdência complementar tem um papel muito importante na sociedade, pois ela arrecada recursos da população que tem perspectivas de se aposentar com um nível de renda superior ao oferecido pela Previdência Social, onde, atualmente, o valor limite está

em R\$ 1.430,00⁹. Para as pessoas que durante a vida laborativa adotaram um padrão de vida mantido por um valor superior ao teto do INSS, a complementação dos fundos de pensão, vem garantir a possibilidade de se aposentar com qualidade de vida.

Para ter essa garantia, poupar passou a ser uma atitude natural nos últimos anos; formar poupança para usufruir mais tarde.

“A conclusão é simples. Se a opção da comunidade é o “*carpe diem*” da cigarra - comer beber e gozar o momento, pois amanhã morreremos -, não tem mistério: basta poupar o suficiente para repor a depreciação do capital existente, manter a população rigorosamente estável e tocar o barco da vida na pesca e no tambor. Mas se a opção da comunidade é alcançar o padrão de consumo norte-americano por meio de um crescimento asiático, então será preciso encontrar mecanismos de gerar internamente não os 15% a 20% do PIB da poupança e investimento latino-americanos (exceto o Chile), mas alguma coisa parecida com os 30% a 35% do PIB da formiga asiática.

O que não funciona é querer simultaneamente consumir e gozar o dia, como a cigarra, mas nem por isso deixar de crescer e prosperar como a formiga. Não se trata, é claro, de partir para um falso “tudo ou nada”. Trata-se de saber o *que* desejamos e *como* dar consistência intertemporal aos nossos desejos. A tensão entre as demandas do presente vivido, de um lado, e as exigências do futuro sonhado, de outro, é um traço permanente da condição humana. Encontrar o ponto certo para essa tensão, evitando excessos e inconsistências de ambos os lados, é um dos maiores desafios do amadurecimento individual e do processo civilizatório em qualquer sociedade. Toda escolha implica conseqüências; qualquer opção tem custos. No afã de querer o melhor de dois mundos podemos terminar não alcançando mundo algum: a cigarra triste e a formiga pobre.” (Congresso XX – ABRAPP, 1999, p. 7).

3.5 Descrição da Fundação ELOS

A Fundação ELOS, em termos institucionais, foi constituída pela Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A – ELETROSUL, posteriormente chamada de Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S/A, como primeira patrocinadora, sob a forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com a finalidade de complementar benefícios de aposentadoria e pensões pagas pela previdência oficial.

⁹ Este valor de R\$ 1.430,00 entrou em vigor em junho de 2001, conforme Diário Oficial, de 05 de junho de 2001.

É uma Entidade de previdência privada fechada com atividades reguladas pela Lei nº 6.435, de 15.07.1977 e alterações subsequentes.

Seus estatutos foram aprovados, em 20.08.1979, pela Portaria 1.759 do Ministério da Previdência, tendo iniciado suas operações em 01.04.1974.

O objetivo norteador de sua criação, foi o de propiciar aos empregados e diretores, quando aposentados, a manutenção do nível de renda que vinham auferindo na ativa, na época da solicitação da aposentadoria, considerando que as limitações do sistema oficial de previdência provocam significativa redução dos padrões de ganho quando do desligamento.

A Fundação foi criada primeiramente com a denominação de COLMÉIA, posteriormente modificada para ELOS. Está localizada na Praça Pereira Oliveira, 16 – SL, na cidade de Florianópolis, no estado de Santa Catarina.

A ELOS atua no segmento econômico de Seguridade Social, administrando fundo de pensão, tendo como missão, de acordo com seu Planejamento Estratégico (1998 a 2000):

“Assegurar a complementação dos benefícios da Previdência Social aos empregados da ELETROSUL, da GERASUL e da ELOS e a seus dependentes, administrando fundo de pensão com contribuições das patrocinadoras e dos participantes, como forma de buscar proporcionar a eles:

- um padrão de rendimentos na aposentadoria equivalente ao de quando estavam na ativa;
- rendimentos de pensão e de outros benefícios previdenciários adicionais àqueles que lhes são atribuídos pela Previdência Oficial e
- com recursos extraordinários, conceder-lhes outros benefícios assistenciais”.

Segundo Oliveira (1998, p. 71), missão “é a determinação do motivo central do planejamento estratégico, ou seja, a determinação de ‘onde a empresa quer ir’. Corresponde a um horizonte dentro do qual a empresa atua ou poderá atuar”.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste tópico são apresentados os procedimentos metodológicos que viabilizaram a consecução dos objetivos propostos. Conforme Lênin (*apud* Minayo et. al., 1994, p. 16), “o método é a alma da teoria”, é a articulação entre conteúdos, pensamentos e existência. A metodologia permite a conexão entre teoria e prática, entre a reflexão e a ação.

O método confere cientificidade à pesquisa. O valor científico dos achados do investigador dependerá, fundamentalmente, do modo como faz a descrição do que observa (Triviños, 1987).

A metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática (Minayo et. al., 1994).

4.1 Natureza da Pesquisa

A pesquisa adequada aos propósitos que este estudo persegue é qualitativa e quantitativa. De acordo com Minayo e Sanches (1993, p. 247), “a investigação qualitativa adequa-se a aprofundar a complexidade dos fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente.” Já a quantitativa é usada nos estudos descritivos, a fim de procurar descobrir e classificar a relação entre as variáveis, bem como naqueles que investigam a relação de causalidade entre fenômenos (Richardson, 1989).

4.2 Caracterização da Pesquisa

A pesquisa seguiu os critérios da pesquisa científica, como aqueles apontados por Ander-Eff (*apud* Marconi e Lakatos 1990, p. 15), seguindo “procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento”.

Considerando-se a natureza, as situações e os objetivos do presente trabalho, a pesquisa classifica-se quanto ao tipo como descritiva e exploratória.

A pesquisa descritiva possibilita observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos, descrevendo a realidade como ela é, sem se preocupar em modificá-la

(Cervo e Bervian, 1996). Segundo Richardson (1989), “...propõem-se a investigar o ‘que é’, ou seja, a descobrir as características de um fenômeno como tal”; tendo como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, bem como o estabelecimento de relações entre as variáveis e fatos (Martins, 1994).

É exploratória, porque desenvolvida “com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (Gil 1994, p. 45) e, segundo Vergara (1990, p. 55), “é uma investigação em área onde há pouco conhecimento sistematizado, acumulado. Pela sua natureza de sondagem não compara hipóteses prévias que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa”.

4.3 Delimitação da pesquisa

A delimitação do universo consiste em explicitar que pessoas ou coisas e fenômenos serão pesquisados, enumerando suas características comuns (Lakatos, 1991).

O universo desta pesquisa foram os Fundos de Pensão brasileiros; em muitos casos, serão analisados somente os Fundos de Pensão associados à ABRAPP. A pesquisa será finalizada com o exemplo de uma Entidade Fechada de Previdência Privada Catarinense, a Fundação ELOS.

4.4 Técnica de Coleta dos Dados

A pesquisa foi construída a partir de levantamento de dados utilizando-se três fontes: a pesquisa bibliográfica e as fontes primárias e secundárias.

De acordo com Ruiz (1979), o processo de leitura exploratória, seletiva, reflexiva e interpretativa denomina-se pesquisa bibliográfica e, para o autor, qualquer espécie de pesquisa, independentemente da área, supõe e exige pesquisa bibliográfica prévia, para justificar os objetivos e contribuições da própria pesquisa. Segundo Minayo (1993, p. 97), a pesquisa bibliográfica “é capaz de projetar luz e permitir uma ordenação ainda imprecisa da realidade empírica”.

A pesquisa bibliográfica compreendeu o exame, o levantamento e a análise da bibliografia que foi possível reunir sobre o tema, sendo obtida em publicações como:

jornais, revistas técnicas especializadas, anuários, artigos científicos, livros, pesquisas na Internet, assim como algumas leis que regem os Fundos de Pensão, possibilitando colher dados e informações que consistiram na investigação de base de conhecimento com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento do presente trabalho.

As fontes primárias fornecem dados que não foram encontrados em nenhuma fonte oficial existente. Segundo Mattar (1996), essas são aquelas ricas em dados que ainda não foram coletados, que estão em posse dos entrevistados. Elas constituíram-se de entrevistas. A técnica de entrevista utilizada foi a entrevista despadronizada ou não estruturada, do tipo não dirigida. Essa técnica consiste em perguntas abertas e podem ser respondidas informalmente; o entrevistador tem mais liberdade e o entrevistado poderá expressar suas opiniões e sentimentos e ao responder as questões, elas podem ser exploradas mais amplamente (Lakatos, 1991).

Já as fontes secundárias, são aquelas que fornecem informações que outrora foram coletadas, tabuladas, ordenadas e, às vezes, analisadas, e que agora estão registradas em documentos à disposição dos interessados (Mattar, 1996). Estas foram, principalmente, os documentos e informativos da Fundação ELOS, como por exemplo: jornais, informativos, relatórios mensais e anuais. Dos Fundos de Pensão de uma maneira geral, foram consultados relatórios do setor financeiro, da ABRAPP e da Secretaria de Previdência Complementar – SPC.

4.5 Técnica de Análise dos Dados

Essa etapa corresponde à parte mais importante da pesquisa, pois é aqui que são transcritos os resultados mas, agora, sob forma de evidências para a confirmação ou a refutação das hipóteses (Lakatos, 1991).

Concluída a fase de coleta, leitura e seleção dos dados, foi elaborada a análise descritiva e exploratória, conforme descritas anteriormente, correlacionando com a teoria, possibilitando assim as conclusões necessárias para a formulação dos temas propostos, bem como, o alcance dos objetivos estipulados, cujo resultado é este Trabalho de Conclusão de Estágio – TCE.

5 PREVIDÊNCIA SOCIAL X GLOBALIZAÇÃO

A Previdência Social estruturou-se, historicamente, em função de um modelo de desenvolvimento econômico voltado para o mercado interno. Mas, atualmente, com o mundo globalizado, esta teve que se reestruturar em virtude das influências externas, cada vez maiores.

Os desequilíbrios da previdência sempre foram resolvidos mediante aumento de contribuições. Segundo Conjuntura Social (abr./jun. 2000), a contribuição patronal aumentou de 3,0% na década de 30 para níveis acima de 20% nos anos 90. Nesse período, a inflação funcionava como um mecanismo de socialização dos custos do sistema previdenciário, não vislumbrando as distorções ocorridas.

Já com a estabilização dos preços e a inflação controlada, em conjunto com o processo de globalização da economia, a Previdência Social assumiu uma nova perspectiva. Com o fim da inflação, os desequilíbrios ficaram explícitos, reforçando a necessidade de uma reforma. Por outro lado, acarretou uma elevada carga contributiva sobre as empresas, tendo as mesmas uma sobrecarga tributária, dificultando, de uma certa forma, a competitividade das mesmas nesse mercado globalizado.

Há também a influência da informalidade (empregos informais – sem carteira assinada), que significa à previdência uma grande falta de arrecadação, impactando em falta de recursos futuros, a fim de garantir o pagamento dos benefícios continuados. Segundo dados estatísticos, apenas 40,9% da população ocupada está protegida pela previdência. Deve-se levar em conta que, se mais pessoas contribuírem para a previdência, a carga contributiva será bem mais distribuída.

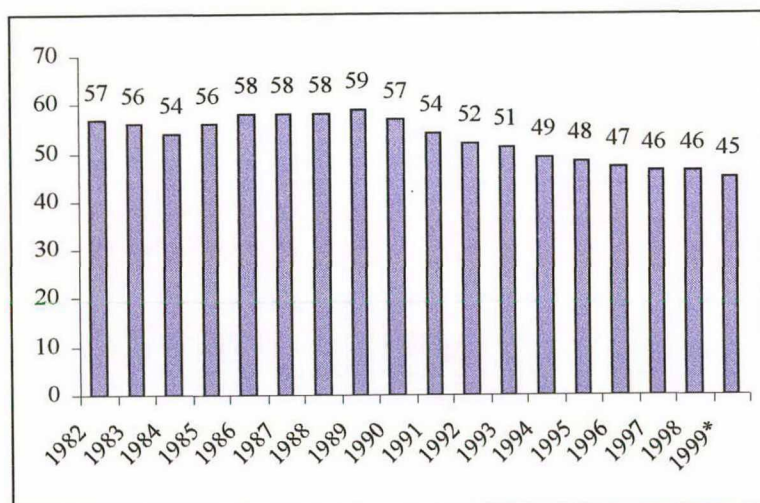
Nas décadas de 1960 e 70, o Brasil sofreu profundas transformações estruturais, tais como: urbanização, industrialização, crescimento acelerado, grande absorção de mão-de-obra, entre outras. Nos anos 80, o crescimento continuou, mas houve uma relativa parcela da população sem carteira assinada.

Já na década de 90, outras mudanças aconteceram, entre elas a abertura de mercado, acarretando uma necessidade de modernização tecnológica em função da produtividade, mudando também as relações de trabalho e a cobertura previdenciária.

A proporção do número total de trabalhadores com carteira assinada caiu quase que continuamente nos últimos dez anos, aumentando, em contrapartida, a proporção dos

empregos sem carteira, a dos autônomos e a dos empresários. O gráfico abaixo mostra nitidamente essa mudança.

Gráfico 1. Participação dos trabalhadores com carteira assinada na população ocupada¹⁰ (Média Anual, %): 1982 –1999



Fonte: SPC (Ornélas¹¹ e Vieira¹² 1999)

* Média jan./abr. – 1999.

Percebe-se que, em 1982, os trabalhadores com carteira assinada representavam 57% do total da população ocupada, já em 1998, esse número caiu para 46%. Essa tendência deixa clara a importância de se criar mecanismos que estimulem os trabalhadores informais a contribuírem para a Previdência.

Esse aumento da informalidade deve-se principalmente ao aumento do custo do trabalho¹³ em função de todos os encargos com os quais o empregador precisa arcar e, com essa competitividade, há a necessidade de redução dos custos para a empresa.

Um dos encargos mais relevantes, que inibe a capacidade competitiva, é a contribuição previdenciária, que se destina a financiar a aposentadoria dos trabalhadores. A Previdência Social custa, em média, mais de 30% da folha de pagamento, uma carga considerada alta, encontrada em poucos países, com idades médias elevadas e maiores concentrações de idosos. Essa pesada carga contributiva estimula que as empresas optem

¹⁰ População ocupada = PEA (população economicamente ativa)

¹¹ Waldeck Ornélas – Ministro da Previdência e Assistência Social e Senador (PFL – Bahia)

¹² Solange Paiva Vieira – Secretária da Previdência Complementar - SPC

¹³ Os salários diretos são baixos, mas os encargos praticamente dobram o custo para as empresas; são parte dos encargos, por exemplo: FGTS, descanso remunerado, décimo terceiro salário, adicional de férias, etc.

pela terceirização e cooperativização, a fim de diminuir os seus custos trabalhistas, estimulando a informalidade e afetando ainda mais a Previdência Social, em função da diminuição de contribuição.

Essas distorções foram corrigidas com a Lei nº 9.876/99, a qual tornou indiferente, em termos de custo da contribuição previdenciária, para o empregador, a contratação com carteira assinada, como terceirizado ou cooperado, já que passou a ser exigido destes a comprovação da contribuição previdenciária, pelos serviços prestados.

De acordo com Cechin¹⁴ (Conjuntura Social, abr./jun. 2000), a consequência imediata do alto custo do seguro social é em virtude da baixa cobertura previdenciária. Segundo fontes estatísticas referente a 1998, dos 69,96 milhões de pessoas que formam a população economicamente ocupada, apenas 30,99 milhões (incluídos os servidores públicos estatutários e os militares) são contribuintes de algum regime de previdência. Tendo, portanto, 39,96 milhões de pessoas ocupadas, sem nenhuma cobertura previdenciária.

Ainda de acordo com Cechin (id.), o Brasil tem grande capacidade de crescimento econômico, haja vista a taxa média anual de cerca de 7%, a qual se manteve em várias décadas, até 1980. No período que compreende 1968 e 1973, época que ficou conhecida como “milagre brasileiro”, as taxas de crescimento ultrapassaram os 10% ao ano em média.

Tabela 1. PIB: Taxas médias anuais de crescimento por década.

Período	PIB	População	PIB per capita
1960-69	6,07	2,90	3,09
1970-79	8,75	2,57	6,02
1980-89	2,93	2,00	0,93
1990-99	1,77	1,40	0,37

Fonte: BACEN/FGV/IBGE (Conjuntura Social, abr./jun. 2000, p. 24)

Conforme demonstra a tabela acima, as maiores taxas de crescimento ocorrem na década de 70, quando chegou a 8,75% ao ano, o qual acarretou um expressivo incremento nas rendas per capita de 6,02% ao ano em média. Nos anos seguintes, as taxas foram muito

¹⁴ José Cechin - Secretário Executivo do MPAS (fev. 2000)

menores; na década de 90, o PIB per capita médio do brasileiro era inferior à década de 80, mesmo considerando que houve uma grande redução da taxa de crescimento populacional.

Segundo Cechin (Conjuntura Social, abr./jun. 2000, p. 32), “a absorção dos novos ingressantes no mercado de trabalho requer taxas de crescimento do PIB bastante elevadas, acima de 5% ao ano. Como essas taxas não foram alcançadas nos últimos anos, o desemprego aumentou”.

Essa expressiva redução nas taxas de crescimento do PIB, no período de 1980 a 1999, é ocasionada pelo esgotamento do modelo que havia seguido em outras décadas, sendo que deveriam ter sido reformuladas as políticas econômicas, também agravada pelas sucessivas crises externas que afetaram o Brasil.

Destaca-se na nova fase política, iniciada a partir dos anos 90, a implantação do programa de abertura comercial, o programa de privatização de todas as empresas do setor industrial, a desregulamentação e o lançamento do programa de qualidade total (Conjuntura Social, abr./jun. 2000). A antiga fase tinha como panorama um Estado que protegia a concorrência internacional por barreiras protecionistas, o que atualmente não é viável com o mercado aberto, sendo que o Estado tem que incentivar as indústrias a concorrerem lá fora, dando subsídios para que estas se tornem cada vez mais competitivas no mercado global.

O País tem que elevar as suas taxas de crescimento, a fim de absorver o volumoso contingente de pessoas que ingressam anualmente na idade ativa e buscam uma ocupação. Outra razão para esse crescimento rápido é a necessidade em diminuir a distância que separa as rendas per capita no Brasil das de vários países avançados. Segundo Cechin (ibid., p. 27), “O potencial de crescimento rápido existe. Para alcançá-lo se faz necessário adotar os arranjos institucionais e as políticas sócio-econômicas adequadas, bem como eliminar privilégios e benefícios conspícuos¹⁵ e sem justificação econômica ou social, conseguidos pelo poder de pressão de algumas categorias”.

O crescimento se dá de diversas maneiras, segundo o mesmo autor: incorporação da mão-de-obra ‘ociosa’, aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho¹⁶, intensificação do trabalho ou expansão da jornada e aumento de produtividade, obtida por avanço tecnológico.

¹⁵ Benefícios conspícuos: são benefícios que não tinham reservas constituídas para pagamento.

¹⁶ De acordo com o Banco Mundial, entre os anos de 1980 e 1998, a participação feminina passou de 28% para 35%, enquanto que, no conjunto das nações de alta renda per capita, essa participação subiu de 38% para 43% no mesmo período. (Conjuntura Social, abr./jun. 2000)

Outro fator importante que merece destaque é o aumento da expectativa de vida da população, associado à redução da taxa de fecundidade. Isso tem levado ao aumento acentuado da população idosa, o que causa uma mudança no panorama da Previdência Social.

Na Europa e nos EUA, os governos têm examinado alternativas de financiamento da previdência, inclusive o aumento das idades mínimas de aposentadoria. No Brasil, os déficits constantes da Previdência a partir de 1995 enfatizaram a necessidade da reforma ocorrida pela Lei nº 9.876/99. Com o rápido envelhecimento da população e o aumento dos inativos em relação à população economicamente ativa, a questão da previdência dentro de um modelo de repartição simples assumiu caráter de crucial importância nas discussões acerca da forma de financiamento do sistema previdenciário. (Ornélas, 1999 <wysiwyg://34http://www.mpas.gov.br/07_08.htm>).

O modelo de repartição simples, citado acima, é aquele em que a contribuição previdenciária realizada pela população ativa destina-se a cobrir os gastos com os benefícios dos inativos. Esse sistema não gera poupança, apenas transfere recursos de ativos para inativos. Em um país que precisa gerar poupança, investimento e, conseqüentemente, empregos e salários, este é um fato extremamente grave: desperdiça-se um poderoso instrumento que, possibilitando um mercado de capitais de longo prazo, pode se tornar a mola mestra de um novo ciclo de desenvolvimento do país.

Hoje, a relação entre beneficiários e contribuintes apresenta grandes desequilíbrios em função dos fatores demográficos e de outros já apresentados anteriormente (desemprego, trabalho informal, falta de contribuição individual, etc.).

O regime que deveria ser utilizado é o de capitalização individual, o qual é imune às flutuações do perfil demográfico, dentre outros, pois o benefício só será pago depois de acumulados todos os recursos investidos, ou seja, cada pessoa receberá durante o período de aposentadoria o montante equivalente à soma das contribuições realizadas e capitalizadas.

Por definição, esse tipo de regime estará sempre com equilíbrio atuarial, pois os riscos na administração dos recursos ou na expectativa de vida serão por conta dos indivíduos, diferente do que ocorre no regime de repartição simples, onde todas as

mudanças na composição estrutural da população ocupada reflete nas finanças do INSS (oscilando as contribuições ou gerando redução dos benefícios futuros).

No período que compreende os anos de 1940 e 1999, a expectativa de vida aumentou 26 anos, passando de 42 para 68 anos de idade, sendo que em 1997, a idade elevou-se de 54 para 62 anos, chegando em 1999 à 68 anos. Segundo projeções do IBGE, a esperança de vida em 2020 será de 76 anos. Isso se explica pela redução da mortalidade infantil, adquirida através da disseminação dos avanços técnicos ocorridos no mundo, da medicina, do combate a endemias, do saneamento básico, dentre outros fatores.

Esse aspecto agrava ainda mais o modelo de repartição simples, em função dos benefícios previdenciários aumentarem o seu prazo, ou seja, por mais tempo a Previdência Social terá que destinar recursos aos aposentados, sendo que maior deverá ser a sua poupança previdenciária.

“Essa transição demográfica modifica de forma expressiva o volume e a composição das demandas sociais e intensifica sensivelmente os problemas de Previdência Social, o que torna indispensável repensar o atual sistema de aposentadoria. Considerando-se a significativa expansão do número de anos de sobrevida, a ampliação da idade para o início da aposentadoria é, certamente, uma exigência colocada na agenda de desenvolvimento do país, para evitar um aumento dramático do desequilíbrio atuarial da Previdência Social”. Giambiagi (*apud* Ornélas, 1999) .

Tabela 2. População por grupos etários: 1970 – 2020¹⁷

Ano	População (milhares)	Grupos etários (%)		
		Até 14	15 – 64	65 e +
1970	93.139	42,6	54,3	3,1
1980	119.003	38,8	56,4	4,0
1991	146.825	35,0	60,2	4,8
1996	157.080	29,7	65,2	5,1
2020	200.306	26,5	67,7	8,9

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991 (Cechin - Conjuntura Social, abr./jun. 2000, p. 32)

Observa-se acima, que a população em idade de trabalho, que veio ganhando participação nos últimos 30 anos, continuará com esta tendência, passando de 65,2% em

¹⁷ Os grupos etários no ano de 1980, soma 99,2 e no ano de 1996, soma 103,10. Estes dados estão incorretos, pois deveriam somar 100; mas foram retirados dessa forma da fonte citada acima.

1996 para 67,7% em 2020. Neste cenário, visualiza-se a rapidez do crescimento demográfico no Brasil.

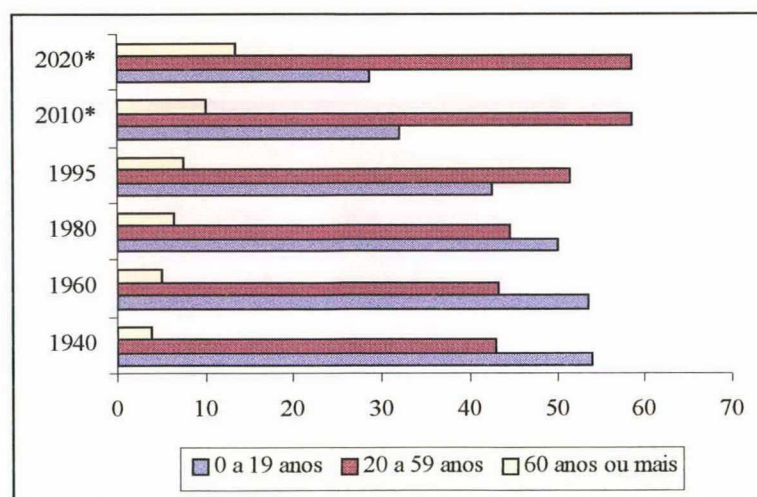
Tabela 3. Expectativa de sobrevida por idade.

Idade	1930/40		1970/80		1995	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0	39	43	55	60	65	71
10	45	48	53	57	58	65
20	38	40	45	48	49	55
30	31	33	37	40	40	46
40	24	26	29	32	32	36
50	18	20	22	24	24	28
55	16	17	19	21	20	24
60	13	14	16	17	17	20
65	11	11	13	14	14	16
70	8	9	11	11	11	13

Fonte: 1930/40 e 1970/80: Previdência em Dados – 1985; para 1995: IBGE (Ornêlas, 1999)

Fica mais visível no gráfico abaixo, que a expectativa de sobrevida tende a crescer à medida que se avança para grupos de idade superior.

Gráfico 2. Distribuição da população por faixa etária.



Fonte: BNDES (Ornêlas, 1999)

* Projeção

Conforme citado anteriormente, a relação entre a contribuição previdenciária e os benefícios concedidos estão em desequilíbrio, ocasionando uma situação deficitária a partir de 1995, aumentando expressivamente com o passar dos anos.

A Constituição de 1988 trouxe vários avanços na área social mas, em contrapartida, aumentou muito os gastos da Previdência, decretando a falência do modelo de repartição simples. No setor privado, ocorreu o impacto do aumento do benefício para os trabalhadores rurais, passando de meio para um salário mínimo, sem que em contrapartida houvesse contribuição ou financiamento que garantisse a cobertura desses benefícios, ocasionando mais déficit para a previdência. Já no setor público, os empregados que iriam se aposentar pelas regras do INSS passaram a aposentar-se por conta da União, dos estados e dos municípios.

Ao longo da década de 90, os reflexos foram sentidos com um crescente comprometimento da estabilidade fiscal do País. A tabela abaixo demonstra numericamente a evolução da situação deficitária da Previdência Social.

Tabela 4. Evolução do déficit da Previdência – RGPS¹⁸

Ano	Arrecadação Líquida	Pagamento de Benefícios Prev.	Saldo Previdenciário
1988	30,79	17,83	12,959
1989	30,49	19,04	11,450
1990	31,50	19,52	11,981
1991	28,32	20,47	7,850
1992	27,93	22,28	5,657
1993	31,74	29,97	1,772
1994	33,88	33,07	0,809
1995	40,69	41,02	-0,325
1996	44,36	44,48	-0,124
1997	45,89	49,06	-3,177
1998	46,74	53,49	-6,752

Fonte: MPAS/SPS (Ornélas e Vieira 1999, p. 04)

Notas:

1. Valores constantes em R\$ bilhões
2. Preços constantes - dez./98

¹⁸ RGPS – Regime Geral de Previdência Social, que rege a previdência básica, universal e compulsória, para os trabalhadores do setor privado, que passou a ser de R\$ 1.430,00, a partir de junho de 2001.

Com a contínua diminuição da capacidade de financiamento do sistema previdenciário, a partir de 1995 (conforme visto anteriormente), iniciou-se o processo de discussão da Reforma da Previdência, para alterar o Regime Geral da Previdência Social, o Regime de Previdência do Setor Público e o Regime de Previdência Complementar.

Um dos pontos importantes dessa Reforma foi a instituição do “Fator Previdenciário”, que leva em conta vários fatores, como tempo e valor de contribuição, idade do indivíduo, entre outros. Uma nova fórmula de cálculo do valor do benefício, que gerará muitas vezes um benefício inferior ao teto fixado em R\$ 1.430,00 (um mil, quatrocentos e trinta reais).

De acordo com Najberg e Ikeda (*apud* Omélas e Vieira, 1999), “fica clara a pouca preocupação, até a presente reforma constitucional, de se ter um modelo de Previdência equilibrado em bases atuariais. A Previdência não era entendida como um seguro que visava garantir renda para o indivíduo ou grupo familiar quando da perda da capacidade laborativa. Os benefícios não estavam estreitamente vinculados às contribuições, daí o princípio de equidade individual não ser atendido. Ela se assemelhava mais a um “programa de redistribuição de renda”, muitas vezes nem atendendo ao princípio de bem-estar coletivo, já que os benefícios não eram concedidos com base na necessidade individual. Desde que fosse superavitária, a Previdência não precisava ter fundamentação atuarial”.

Essa nova fórmula de cálculo do salário de benefício, incluindo fatores atuariais, aumenta a correlação entre contribuição e benefício, de forma a não gerar déficit adicional. Essa nova metodologia de cálculo não elimina o déficit existente, nem mesmo altera os direitos adquiridos das pessoas que já se aposentaram, somente permitirá uma maior correlação entre a contribuição e o benefício para as futuras aposentadorias.

Antigamente, utilizava-se como parâmetro para cálculo os últimos 36 meses de contribuição, ocasionando distorções em função desse período representar cerca de apenas 10% do tempo em que o trabalhador contribuiu. A fim de eliminar essas distorções, a Lei nº 9.876/99 estipulou que serão utilizados a média aritmética simples dos maiores salários de contribuição, correspondentes a 80% de todo o período contributivo desde julho de 1994 até a data da aposentadoria, a fim de retratar uma melhor realidade da vida laboral do trabalhador.

Ampliando o período de base de cálculo, espera-se que a média represente a forma adequada para o valor do benefício recebido. De acordo com Ornélas e Vieira (1999), “uma vez alcançada a equivalência entre salário-de-contribuição e salário-de-benefício, resta agora buscar o equilíbrio em relação ao tempo de contribuição e de recebimento do benefício”.

6 FUNDOS DE PENSÃO X GLOBALIZAÇÃO

A previdência complementar abrange dois tipos de entidades, as entidades abertas e as entidades fechadas, conforme já descrito na fundamentação deste trabalho. As Entidades Fechadas de Previdência Privada (EFPP's) são complementares ao sistema oficial de previdência e assistência social, tendo portanto, caráter eminentemente social.

A previdência complementar atualmente é composta por¹⁹:

- 360 entidades de previdência privada;
- 2.333 empresas patrocinadoras;
- 2,26 milhões de participantes ativos e assistidos.

6.1 Aspectos Sociais

“Até novembro de 1999, as entidades pagaram 7,7 bilhões de reais em benefícios para mais de 498 mil pessoas, entre aposentados e pensionistas. No total, as EFPP's atuam sobre uma população de cerca de 6,5 milhões de pessoas.

Através de seus investimentos no setor produtivo, as EFPP's criam empregos e geram investimentos sociais. Balanço Social publicado pela PREVI, EFPP que detém 24,63% do total de ativos do sistema, para 1997, estima que seus investimentos geram mais de 49 mil empregos diretos. Deste modo, é razoável supor que os investimentos do sistema de previdência complementar como um todo criam entre 100 e 200 mil empregos diretos na economia brasileira. [...]

Estima-se também, que as empresas que recebem investimentos das EFPP's aplicam entre 80 e 160 milhões de reais em projetos de meio ambiente, educação, esporte e cultura.” (Kliass - Conjuntura Social, abr./jun. 2000, p. 73) .

6.2 Aspectos como Instrumento de Recursos Humanos

Os Fundos de Pensão constituem extraordinário instrumento de valorização do trabalho de que dispõem as empresas.

Campos²⁰ (Revista ABRAPP, fev./99, p. 2) inicia a entrevista citando que “os Fundos de Pensão são a ponte que liga o presente ao futuro” [grifo meu], isso demonstra

¹⁹ Boletim de Previdência Complementar (MPAS/SPC) - v. 1, n. 8 - jan./fev. 2001

²⁰ Luís Carlos Campos - Presidente da Associação Brasileira de Recursos Humanos – ABRH - RJ

uma visão administrativa moderna da previdência privada. Para ele, as vantagens para a empresa em ter um Fundo de Pensão são, por exemplo, a tranquilidade dada ao empregado após um longo período de trabalho e dedicação prestados à empresa, possibilidade de renovação de seu quadro de funcionários, o qual é de extrema importância para a modernização e o dinamismo da organização. Outro benefício seria a preferência dos profissionais por empresas que têm um Fundo de Pensão, pois estas se preocupam com o bem-estar de seus funcionários, o que é um ponto muito positivo, pois a mentalidade das pessoas está mudando a cada dia, levando-as a se preocuparem com seu futuro a longo prazo. Segundo ele, essas vantagens transformam os “Fundos de Pensão em uma ferramenta muito poderosa para as empresas brasileiras poderem se enquadrar nessa nova ordem mundial”, sendo essenciais às organizações modernas e competitivas.

Para isso, há uma explicação muito simples, pois quando os empregados se sentem amparados por suas empresas, empregam muito mais energia e são mais comprometidos com o trabalho que aqueles que vivem na incerteza do seu dia de amanhã. “... vai se ver no final que os Fundos de Pensão continuam sendo tão ou mais necessários como nunca em uma política de recursos humanos eficiente para reter as melhores cabeças e mantê-las funcionando com a intensidade que o mercado exige” (Revista ABRAPP, set./out. 1999, p. 29/32).

“A globalização já trouxe e nos próximos anos vai trazer muito mais, uma mudança na natureza do trabalho” afirmou Mattos²¹, observando que estaremos cada vez mais trocando o trabalho dentro de uma relação de emprego para uma atividade sem vínculo empregatício. Tudo isso acontece porque as empresas precisam revelar-se cada vez mais competitivas, produzindo produtos melhores e mais baratos que os seus concorrentes. E isso significa margens de lucros reduzidas. Antes, os empresários calculavam seu custo e colocavam sobre ele a margem que eles desejavam; hoje, o preço é o mercado quem determina e, subtraídas as despesas, tem-se, afinal, a margem, que dificilmente será do mesmo tamanho de antigamente. Nesse sentido, hoje é necessário trabalhar com os menores custos fixos e, se possível, transformá-los em variáveis.

Nesse novo mundo dos blocos econômicos, em que as empresas forjam alianças e se fundem ou adquirem outras, buscando ganhar escala e poder de competição, é preciso ser grande e competente, a fim de produzir com menor custo.

²¹ Cassio Matos – Presidente da ABRH (Revista ABRAPP, nov./99, p. 47)

De acordo com Hillesheim²² (Revista ABRAPP, set./out. 1999, p. 31/32)

“... o futuro nos reserva ingredientes muito claros: empresas obcecadas pela competitividade, legislação flexível, redução da margem de lucro, maior disponibilidade de informações, maiores investimentos em educação e treinamento, novas competências, novas formas de gerir as empresas e evolução da engenharia genética.

E tudo sob uma crescente pressão dos clientes, acionistas, sociedade e empregados, obrigando a empresa a tornar-se mais produtiva e competitiva, até porque a responsabilidade social será crescentemente cobrada.

E nesse cenário em mutação as empresas vão ver crescer espaço reservado aos Fundos de Pensão, capazes de axiliá-las a responder ao desafio que será motivar e comprometer os seres humanos, seus funcionários.”

Tem-se, como exemplo, a empresa de telefonia Intelig, que criou um plano de benefícios, a fim de atrair mão-de-obra qualificada em meio à disputa com outras concorrentes. Segundo o gerente de remuneração da empresa e responsável pela implantação do novo benefício, “Precisamos atrair os melhores talentos do mercado” e, de acordo com Valéria Pimentel, consultora da área de previdência da Towers Perrin e que trabalhou na elaboração do desenho do plano da Intelig, “Como a competitividade por mão-de-obra qualificada está bastante acirrada entre as empresas de tecnologia, a tendência é que a maioria ofereça planos de benefícios que chamem a atenção dos profissionais da área” (Revista Investidor Institucional, set./00, p. 16).

“Não há forma mais trágica de descapitalização de uma organização do que a perda dos seus talentos humanos.”

Anônimo

Para vislumbrar esse novo cenário e poder sair à frente das concorrentes, as lideranças das organizações precisarão usar ainda mais inteligência, intuição e perspicácia.

Os empregados serão cada vez mais vistos como ‘sócios’ no negócio, ou seja, estarão compartilhando tanto dos sucessos quanto das incertezas do mercado e a remuneração variável será muito mais utilizada. Os planos de aposentadorias podem ajudar a aproximar ainda mais os ‘sócios’ e “... nada melhor do que a empresa antecipar-se ao futuro, em vez de esperar que ele venha e a encontre despreparada.” (Revista ABRAPP, set./out. 1999, p. 34).

²² Sérgio Hillesheim – Diretor de Recursos Humanos do Grupo Ipiranga

Segundo Nonô²³, “É preciso que as pessoas tenham a percepção de que as coisas mudam e que aquela visão paternalista, que eventualmente inspirou alguns Fundos de Pensão no passado, está cedendo lugar a uma política que visa antes de mais nada reter a mão-de-obra qualificada”.

Os Fundos de Pensão deverão se moldar a essa nova realidade, muito instável mas muito desafiadora e instigante.

“A recompensa do trabalho de preservar o rio de hoje é a certeza de beber água pura e cristalina amanhã.”

Anônimo

6.3 Aspectos financeiros e sua contribuição para o desenvolvimento da economia no Brasil

No Brasil, os Fundos de Pensão são um dos mecanismos institucionalmente amadurecidos de formação de poupança estável e de longo prazo. Aliás, no mundo inteiro, os sistemas previdenciários são os maiores formadores de poupança interna dos seus países.

Com apenas duas décadas de vida regulamentada, os Fundos de Pensão converteram-se nos maiores investidores institucionais, capazes de aportar recursos numa soma tal que, muitas vezes, representa a única oportunidade de viabilização de um empreendimento. Nesse sentido, ajudam a movimentar a economia, com reflexos nos níveis de arrecadação tributária e na criação de novos empregos. E a cada período que passa, esse aporte é maior, em virtude de seu crescimento vertiginoso.

Como os Fundos de Pensão necessitam acumular reservas de grandes montantes, que somente serão exigíveis a longo prazo, a fim de complementar o papel da seguridade social básica proporcionada pelo governo, estes constituem o mais importante investidor institucional²⁴, conforme citado acima, de forma que a gestão de seus investimentos passa a ser crucial na obtenção e manutenção de equilíbrio financeiro-atuarial.

²³ Nelson Nonô – Diretor da ABRAPP (Revista ABRAPP, n. 257, nov./99, p. 47).

²⁴ Investidor Institucional: instituição que dispõe de vultosos recursos mantidos com certa estabilidade, destinados à reserva de risco ou à renda patrimonial e que investe seus recursos no mercado de capitais. (CNBV. Vocabulário do Mercado de Capitais, 1993).

“A globalização e o crescimento dos Fundos de Pensão tendem a fortalecer as bases institucionais dos mercados e os interesses institucionais tenderão a se sobrepor aos interesses individuais (evolução clara do sistema capitalista)” (Congresso XVI - ABRAPP, 1995, p. 102).

Demonstra-se, na tabela abaixo, a participação dos Fundos de Pensão para a população ocupada no Brasil, que em 1997 era de 2,5%.

Tabela 5. Evolução da participação dos ativos das EFPP's na população ocupada

Ano	Participantes ativos* (1)	População ocupada* (2)	1/2
1992	1.798	65.153	3,76
1993	1.879	66.304	2,83
1994	1.939	ND	ND
1995	1.775	69.439	2,56
1996	1.774	67.921	2,57
1997	1.737	69.331	2,51

Fonte: SPC/MPAS, PNAD/IBGE (Ornélas, 1999)

ND: Não disponível * em mil pessoas

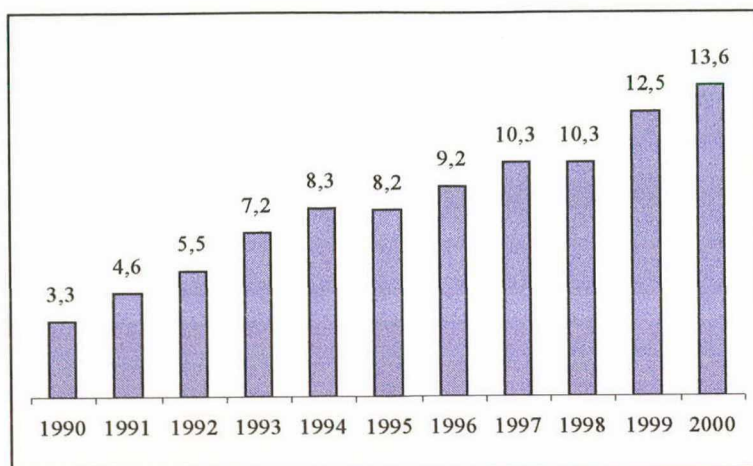
Mesmo com um número reduzido de participantes nas EFPP's, esses possuem significativa participação nos ativos de diversos setores da economia, conforme tabela e gráfico a seguir:

Tabela 6. Evolução dos ativos das EFPP's em relação ao PIB

Ano	Ativos das EFPP's	PIB	Participação
	R\$ milhões	R\$ milhões	%
1990	26.352	787.806	3,34
1991	36.812	795.920	4,63
1992	43.269	791.622	5,47
1993	59.959	830.570	7,22
1994	72.742	879.158	8,27
1995	74.815	916.259	8,17
1996	86.629	941.548	9,20
1997	101.033	976.991	10,34
1998	101.129	977.661	10,34
1999	125.995	1.010.068	12,47
2000	144.025	1.055.521	13,64

Fonte: Consolidado Estatístico – ABRAPP, mar./abr. 2001

Gráfico 3. Crescimento dos ativos das EFPP's em relação ao PIB



Fonte: Consolidado Estatístico - ABRAPP, mar./abr. 2001

Como se pode visualizar no gráfico acima, os ativos das EFPP's, com exceção do ano de 1995, vem aumentando sua participação - 3,3 em 1990, 10,3 em 1998 e 13,6 em 2000, em relação ao Produto Interno Bruto brasileiro. Comparando com outras nações mais desenvolvidas, este número é ainda muito pequeno, pois, por exemplo, no Japão, esse valor é de 40% e nos Estados Unidos chega a 78%; já tem outros países em que esse valor supera o PIB, como na Suíça, que chega a 100% e, na Holanda, a 120% (Ornélas, 1999).

No contexto da globalização, os Fundos de Pensão estão tendo maiores oportunidades de investimentos e tendo acesso a serviços e operações financeiras com qualidade equivalente aos recebidos no mercado internacional e a sua importância está crescendo em virtude do grande potencial de alocação de recursos que os mesmos possuem.

A análise do mercado acionário brasileiro, hoje, depende de um conjunto muito mais amplo de variáveis, como, por exemplo: os índices de desempenho da economia internacional, a rentabilidade das bolsas de valores e as taxas de juros praticadas no mercado internacional, entre outras. Nesse sentido, percebe-se uma interdependência do mercado financeiro brasileiro e a economia internacional, sendo que o desempenho internacional repercute diretamente aqui no Brasil. A compreensão de todos esses fatores em um mesmo mercado é fundamental para que se possa prever quais serão as tendências e, principalmente, saber posicionar-se nesse novo ambiente. Neste novo cenário, os Fundos de Pensão terão um papel fundamental para o desenvolvimento do mercado e da economia

brasileira pois, como investidores institucionais conhecedores do mercado, servirão de referencial aos demais investidores.

A globalização do mercado de capitais brasileiro exige uma mudança muito mais profunda, ou seja, a incorporação de canais e a destruição de barreiras, de forma a permitir a livre circulação dos fluxos de capitais. É a introdução de novos agentes econômicos nesse mercado e, acima de tudo, é a alteração de práticas e procedimentos utilizados por diversos anos em uma economia fechada. (Congresso XVI - ABRAPP, 1995). As novas práticas devem se adequar ao padrão internacional e modificar-se à medida em que estas se alteram (é um novo jogo, em que os integrantes têm que saber as novas regras, a fim de poder competir).

Para se ter uma idéia, em dezembro de 2000, os investimentos das EFPP's chegaram a R\$ 129,2 bilhões²⁵, assim distribuídos:

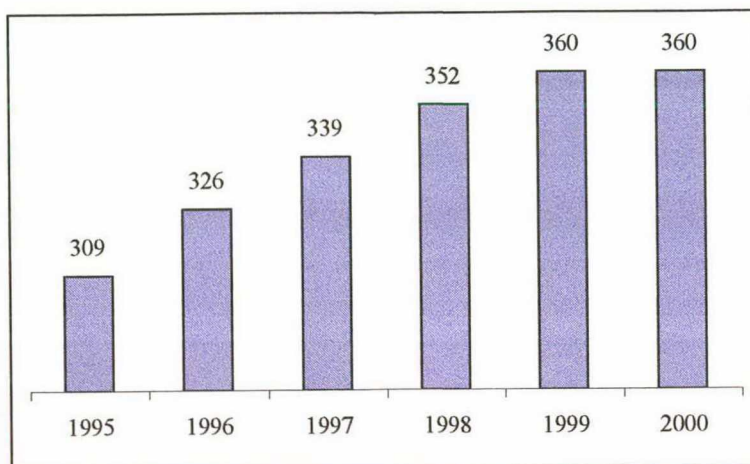
- natureza pública: R\$ 83,1 bilhões e
- natureza privada: R\$ 46,1 bilhões.

Esses investimentos aumentaram 13% no ano de 2000, sendo que as EFPP's de origem pública e privada cresceram 7,4% e 24,6%, respectivamente. O motivo do grande crescimento dos investimentos nas de natureza privada, foram as privatizações das entidades públicas, aumentando o número das entidades privadas²⁶, conforme pode ser verificado com maior clareza, nos gráficos a seguir:

²⁵ Dados: Boletim de Previdência Complementar (MPAS/SPC) – jan./fev. 2001

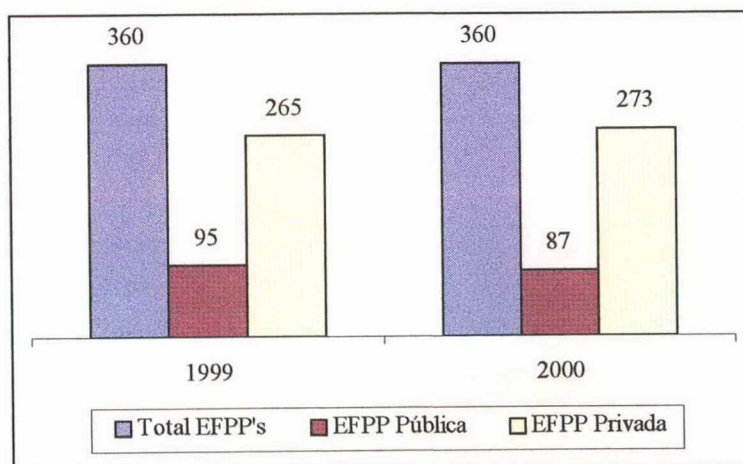
²⁶ Dados: Boletim de Previdência Complementar (MPAS/SPC) – jan./fev. 2001

Gráfico 4. Evolução das EFPP's



Fonte: Consolidado Estatístico - ABRAPP, mar./abr. 2001 e Boletim de Previdência Complementar (MPAS/SPC), jan./fev. 2001

Gráfico 5. Comparativo das EFPP's – Públicas e Privadas



Fonte: Consolidado Estatístico - ABRAPP, mar./abr. 2001 e Boletim de Previdência Complementar (MPAS/SPC), jan./fev. 2001

A modalidade de investimento que mais cresceu no ano de 2000 foi a de Renda Fixa, que acusou um crescimento de 20,7% no ano; já o investimento em Renda Variável, aumentou apenas 4,7% no mesmo ano. Essa diferença deve-se à variação negativa do IBOVESPA que, em 2000, sofreu uma redução de 10,72%, o que tendeu a uma realocação dos investimentos em Renda Fixa²⁷.

Apresenta-se, a seguir, os percentuais de Renda Fixa e Renda Variável das entidades privadas e públicas:

Tabela 7. Renda Fixa x Renda Variável (dez./00)

Tipo de Investimento	Entidades Privadas	Entidades Públicas
Renda Fixa (1)	66,8%	43,3%
Renda Variável (2)	25,4%	40,1%

Fonte: Boletim de Previdência Complementar (MPAS/SPC), jan./fev. 2001

(1) Renda Fixa: São investimentos em que se conhece, a priori, a lucratividade proporcionada²⁸.
Ex.: poupança, CDB, RDB, etc.

(2) Renda Variável: São investimentos em que a lucratividade só será determinada pela diferença entre o preço de compra acrescido dos benefícios, menos o preço de venda²⁹.
Ex.: ações

A diferença observada acima, em que as EFPP's de natureza privada investem em proporções maiores em renda fixa, ocorre em virtude de serem as patrocinadoras de natureza pública as maiores detentoras de capital acionário de grandes empresas.

Vale ressaltar que o valor dos investimentos dos dez maiores Fundos de Pensão que têm como suas patrocinadoras empresas públicas são proporcionalmente maiores que o restante das 258 Fundações que são conveniadas à ABRAPP.

Pode-se verificar essa diferença na tabela abaixo e mais detalhadamente no anexo I.

Tabela 8. Investimentos dos 10 maiores Fundos de Pensão, sendo suas patrocinadoras empresas estatais.

Ranking	Fundação	Patrocinadora	Investimentos (R\$ mil)
01	PREVI	BANCO DO BRASIL	34.974.993
02	PETROS	PETROBRÁS	7.472.307
03	FUNCEF	CEF	6.942.284
04	CENTRUS	BANCO CENTRAL	3.983.035
05	FORLUZ	CEMIG	2.160.435
06	REALGRANDEZA	FURNAS	1.755.280
07	FAPES	BNDES	1.601.155
08	FUNBEP	BANESTADO	1.258.159
09	FUNDAÇÃO COPEL	COPEL	1.226.024
10	ELETROCEEE	CGTEE	1.107.979
	<u>TOTAL</u>		<u>62.481.651</u>
	RESTANTE *		64.321.741

Fonte: Consolidado Estatístico – ABRAPP, mar./abr. 2001

* Este valor refere-se a todas as outras fundações, tanto privadas quanto estatais, ou seja, as 258 restantes.

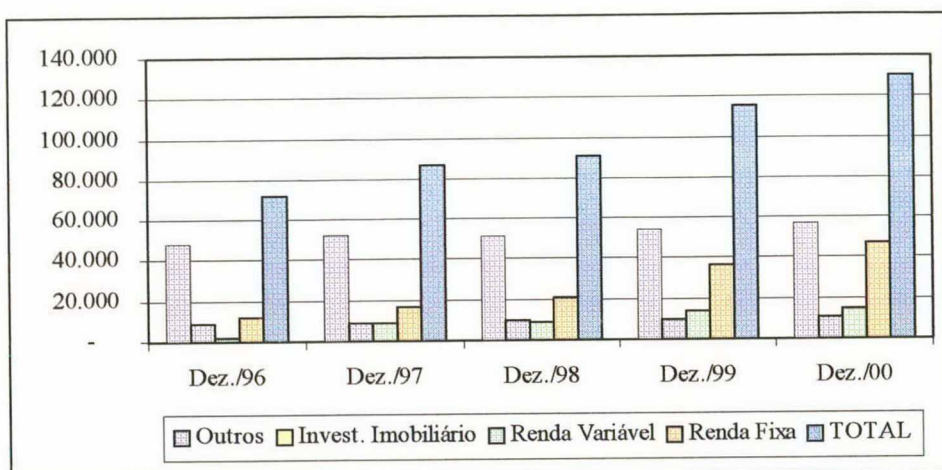
²⁷ Dados: Boletim de Previdência Complementar (MPAS/SPC), jan./fev. 2001

²⁸ CNBV. Vocabulário do Mercado de Capitais, 1993

²⁹ CNBV. Vocabulário do Mercado de Capitais, 1993

O gráfico abaixo demonstra a evolução dos investimentos das EFPP's nas diferentes modalidades de investimentos:

Gráfico 6. Evolução dos investimentos das EFPP's



Fonte: Boletim de Previdência Complementar (MPAS/SPC), jan./fev. 2001

Percebe-se no gráfico acima, que há um elevado crescimento nos investimentos dos Fundos de Pensão e que o que mais tem aumentado é o investimento em Renda Fixa, isto é devido à nova regulamentação (Resolução do Banco Central nº 2829 – 29.03.2001) que possibilita uma maior alocação de recursos em renda fixa do que em renda variável.

O potencial de expansão desse tipo de entidade, segundo estimativas, irá dobrar em 5 (cinco) anos, em virtude da introdução da nova regulamentação³⁰ que amplia o acesso à Previdência Complementar Fechada (Kliass – Conjuntura Social, abr./jun. 2000).

Somente com estes números já dá para se ter uma noção do poder dos Fundos de Pensão, como vigorosos instrumentos de desenvolvimento econômico para o Brasil.

³⁰ Lei Complementar nº 109, de 29.05.2001

7 FUNDAÇÃO ELOS X GLOBALIZAÇÃO

A Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social – ELOS será descrita para exemplificar um Fundo de Pensão e para mostrar como está sendo afetada direta e indiretamente pela globalização.

Primeiramente, faz-se necessário contextualizar alguns termos que serão utilizados, a fim de facilitar o entendimento, conforme segue abaixo:

a) Participantes

Os participantes são a razão de ser da Entidade. Sem eles, não haveria jamais a necessidade da constituição de um Fundo de Pensão. A Fundação ELOS foi criada para atender aos seus participantes, conforme sua missão³¹.

Os participantes participam da gestão da ELOS através de seus representantes eleitos na Diretoria Executiva (Diretor Administrativo, com mandato de 02 anos), no Conselho de Curadores (04 membros, sendo dois titulares e dois efetivos, com mandato de 03 anos) e no Conselho Fiscal (02 membros, sendo um titular e o outro efetivo, com mandato de 01 ano).

b) Patrocinadoras

A Fundação ELOS é constituída de duas patrocinadoras, uma empresa de economia mista – Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S/A – ELETROSUL e uma empresa recém privatizada (15.09.1998) – Centrais Geradoras do Sul do Brasil S/A – GERASUL.

As patrocinadoras participam na gestão da ELOS por indicação de membros na Diretoria Executiva, Conselho de Curadores e Conselho Fiscal, sendo alternada para cada gestão, da seguinte forma: uma gestão a ELETROSUL indica os membros para compor a Diretoria e a GERASUL indica os membros para o Conselho de Curadores e Fiscal, podendo haver alteração mediante deliberação de suas respectivas Diretorias Executivas³².

³¹ A missão da ELOS foi descrita na Fundamentação Teórica do presente trabalho (p. 36).

³² Convênio de Adesão da ELOS 1998.

A mais nova patrocinadora, a GERASUL, tem como um dos seus objetivos a formação de uma Fundação própria para os seus empregados e aposentados.

No que tange a esse assunto, a ELOS está passando por um momento de transição, pois está administrando todos os participantes da ELETROSUL e da GERASUL, com estudos para a constituição de uma nova Fundação para a GERASUL.

c) Bancos

Os bancos são prestadores de serviços financeiros, no sentido de rentabilizar o patrimônio da ELOS, e constituem-se no elo de intermediação entre o aplicador (Fundação ELOS) e o tomador final (mercado acionário, títulos públicos, participações em empresas, etc.), tornando-se parceiros de negócios e executando a administração dos recursos financeiros da Fundação ELOS.

O patrimônio da Fundação ELOS é administrado de acordo com a Legislação Federal, no que diz respeito ao mercado financeiro e aos Fundos de Pensão.

Os fatores macroeconômicos, como: inflação, taxa de juros, aumento ou queda da atividade econômica, política fiscal e tributária, etc., podem influenciar de maneira direta na administração dos recursos financeiros da ELOS.

Além dos fatores internos do país, a Fundação sofre com os reflexos das oscilações da economia mundial, provocadas principalmente por realocações de capitais especulativos que circulam pelo mercado financeiro global, favorecido pela globalização. Quando esses capitais detectam fraquezas no ambiente econômico de certas nações, esses tomam outras direções, muitas vezes deixando um rastro de quebraadeiras.

A composição dos investimentos da Fundação ELOS é informada aos seus participantes, trimestralmente, através do “Demonstrativo Analítico de Investimentos e de Enquadramento das Aplicações” (Anexo III), a fim de que todos tenham conhecimento de como estão sendo investidas as suas contribuições.

d) Ministério da Previdência e Assistência Social

O Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS é o órgão máximo de orientação e fiscalização dos Fundos de Pensão. A Secretaria da Previdência

Complementar – SPC, responsável pela normatização dos Fundos de Pensão, e que também regula a aplicação das leis, é um órgão subordinado ao MPAS.

Alguns dos objetivos principais do MPAS, segundo a Lei Complementar nº 109, são: fixar as diretrizes e normas da política complementar de previdência a ser seguida; regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização das Entidades Fechadas; estabelecer as normas gerais de contabilidade, atuária e estatística, etc.

e) Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada – ABRAPP é uma Entidade de apoio jurídico e administrativo dos Fundos de Pensão, com objetivos de promover a defesa dos interesses e representar suas Associadas, colaborar com o Poder Público em tudo o que disser respeito à Previdência Privada, especialmente no tocante a sua regulamentação e ao estabelecimento e execução de políticas e diretrizes básicas pertinentes as suas atividades, etc.

A ABRAPP é composta, por 268 associadas³³, sendo que a Fundação ELOS é uma delas.

f) Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Privada

É constituído para fins de estudo, coordenação, proteção e representação legal da categoria econômica - Entidades Fechadas de Previdência Privada - na base de todo o território Nacional.

Alguns dos objetivos do SINDAPP, de acordo com seu Estatuto, são: representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais de sua categoria ou interesses individuais de suas associadas; celebrar contratos coletivos de trabalho; promover a conciliação nos dissídios coletivos de trabalho, etc.

³³ Dados de dezembro de 2000 (*Ranking* dos Investimentos) – Consolidado Estatístico da ABRAPP, mar./abr. 2001

7.1 Estrutura da Fundação ELOS

O tipo de estrutura predominante na Fundação ELOS é a organização funcional³⁴, sendo que alguns órgãos são considerados como organização de linha-“staff”³⁵.

Cada setor é especializado nas suas atividades, desempenhando funções separadamente, com comunicação direta entre os setores.

A Fundação ELOS é constituída atualmente por trinta e oito empregados e quatro Diretores³⁶, conforme organograma anexo (Anexo III).

A Diretoria Executiva da ELOS é composta pelo Diretor Superintendente, Diretor Financeiro e Diretor de Seguridade, com 03 anos de mandato e pelo Diretor Administrativo, com dois anos³⁷.

Existem três setores dentro da Fundação que têm características de organização linha-“staff”, que são: Secretaria Geral, Tesouraria e Assessoria Jurídica. Estes prestam assessoria, respectivamente, à Superintendência, à Diretoria Financeira e à ELOS.

A ELOS tem sua receita previdenciária baseada em contribuições dos participantes e das patrocinadoras e dos rendimentos de aplicações para a constituição das reservas, necessárias à concessão e manutenção dos benefícios.

Esta receita é distribuída da seguinte forma³⁸:

- Patrocinadora ELETROSUL

A ELETROSUL, sendo de origem de economia mista, por força da Emenda Constitucional nº 20³⁹ passou a contribuir na mesma proporção do empregado, ou seja 1/1 (1 vez a contribuição do participante e 1 vez a da patrocinadora).

³⁴ “A organização funcional é o tipo de estrutura organizacional que utiliza o chamado *princípio funcional* ou *princípio da especialização das funções*” (Chiavenato 1994, p. 370).

³⁵ “Os órgão de *staff* assessoram os órgãos de *linha* através de sua especialização técnica” (Chiavenato 1999, p. 372).

³⁶ Dados do Relatório Mensal da ELOS, mar./01.

³⁷ Estatuto da ELOS, 1993 e Convênio de Adesão, 1998.

³⁸ Regulamento do Plano de Benefícios da ELOS, fev./01.

³⁹ Lei Complementar nº 108, de 29.05.2001, art. 6º, parágrafo 1º: “a contribuição normal do patrocinador para planos de benefícios, em hipótese alguma, excederá a do participante, observado o disposto no art. 5º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e as regras específicas emanadas do órgão regulador e fiscalizador”.

▪ Patrocinadora GERASUL

Na qualidade de empresa privada, não foi afetada pela Emenda Constitucional nº 20, dessa forma, a sua contribuição está, atualmente, na proporção de 1/2 (1 vez a contribuição do participante e 2 vezes a da patrocinadora).

7.2 Perfil dos participantes da ELOS

Antes de iniciar demonstrando a evolução do quadro de participantes da ELOS, é importante conceituar cada um dos tipos de participantes que a mesma possui:

- participante: o empregado de uma das Patrocinadoras ou da ELOS que tiver aprovada a sua inscrição na Fundação e dela for contribuinte.
- ativo: participante que está contribuindo à ELOS, sem ainda ter requerido qualquer benefício.
- assistido: participante que já está aposentado, recebendo complementação pela Fundação.
- autopatrocinador: empregado que se desligou das Patrocinadoras ou da ELOS e continua vinculado à ELOS, mas contribuindo com a sua parte e àquela que caberia a Patrocinadora, quando no seu período da ativa.
- em opção: participante da ELOS que já se desligou das Patrocinadoras e que ainda não escolheu a sua posição perante a ELOS, que pode ser: autopatrocinador, vesting, retirada de reserva de poupança ou aposentadoria⁴⁰.
- pensionista: esposa ou dependente quando da morte do participante, sendo estes considerados também como dependentes junto à Previdência Social.
- auxílio reclusão: esposa ou dependente quando da detenção ou reclusão do participante, sendo que estes devem estar habilitados na Previdência Social.
- vesting: ex-participante que, quando do desligamento da Patrocinadora ou da ELOS, optou em continuar como beneficiário sem contribuir mais, deixando a sua reserva previdenciária na ELOS; somente receberá o benefício proporcional ao período contribuído, quando se aposentar integralmente na Previdência Social.

⁴⁰ De acordo com o Plano de Benefícios da ELOS, art. 10 – Parágrafo único, a opção deverá ser feita no prazo máximo de 90 dias, a contar da data da rescisão do contrato de trabalho com a Patrocinadora.

Tabela 9. Evolução do quadro de participantes da Fundação ELOS

Participantes	2000	%	1999	%	1998	%
1 – Participantes Ativos	<u>1.969</u>	<u>41,55%</u>	<u>2.111</u>	<u>44,71%</u>	<u>2.458</u>	<u>50,09%</u>
a) Vinculados à Patrocinadora	1.849	39,02%	2.016	42,69%	2.449	49,91%
ELETROSUL	1.078	22,75%	1.233	26,11%	1.288	26,25%
GERASUL	732	15,45%	746	15,80%	1.123	22,89%
ELOS	39	0,82%	37	0,78%	38	0,77%
b) Autopatrocinadores	120	2,53%	95	2,01%	9	0,18%
ELETROSUL	42	0,89%	3	0,06%	3	0,06%
GERASUL	78	1,65%	92	1,95%	6	0,12%
2 – Em opção	<u>60</u>	<u>1,27%</u>	<u>8</u>	<u>0,17%</u>	<u>0</u>	<u>0</u>
ELETROSUL	55	1,16%	2	0,04%	0	0
GERASUL	5	0,11%	6	0,13%	0	0
3 – Aposentados e pensionistas	<u>2.675</u>	<u>56,45%</u>	<u>2.575</u>	<u>54,53%</u>	<u>2.428</u>	<u>49,48%</u>
Aposentados	2.414	50,94%	2.340	49,56%	2.214	45,12%
Pensionistas	261	5,51%	235	4,98%	214	4,36%
Auxílio Reclusão	0	0,00%	0	0,00%	1	0,02%
4 – Vesting	<u>35</u>	<u>0,74%</u>	<u>28</u>	<u>0,59%</u>	<u>20</u>	<u>0,41%</u>
TOTAL	4.739	100%	4.722	100%	4.907	100%

Fonte: Relatórios Anuais dos anos de 1998, 1999 e 2000.

O aumento de aposentados dos anos de 1998 para 1999 e de 1999 para 2000 deu-se em virtude de programas de incentivo à aposentadoria (PDV⁴¹) promovidos pela ELETROSUL e GERASUL e conseqüente redução no número de participantes ativos. Essas pessoas que saíram das empresas tornaram-se aposentadas, autopatrocinadoras ou optaram pelo vesting; outras, ainda escolheram desligar-se da Fundação ELOS, retirando, sua reserva de poupança (contribuições próprias acumuladas, atualizadas monetariamente).

Do quadro de participantes da ELOS, conforme posição em dez./2001, 57,6% corresponde à massa de aposentados.

7.3 Perfil dos Investimentos da ELOS

A seguir, o programa de investimentos da ELOS nos três últimos anos (1998, 1999 e 2000).

⁴¹ PDV – Programa de Desligamento Voluntário

Tabela 10. Programa de investimentos da ELOS nos anos de 1998 a 2000

Tipos de Investimentos	2000		1999		1998	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Renda Fixa (1)	457.059	76,24%	369.627	68,42%	301.494	63,02%
Renda Variável (2)	99.986	16,68%	129.652	24,00%	48.707	10,18%
Investimentos Imobiliários	<u>32.567</u>	<u>5,43%</u>	<u>32.890</u>	<u>6,09%</u>	<u>33.351</u>	<u>6,97%</u>
- Quotas de Shopping Center ⁴²	13.876	2,32%	13.660	2,53%	13.655	2,85%
- Imóveis	18.691	3,11%	19.230	3,56%	19.696	4,12%
Empréstimos a participantes (3)	9.902	1,65%	7.838	1,45%	9.462	1,98%
Operações c/ patrocinadora* (4)	0	0,00%	0	0,00%	85.105	17,79%
Outros investimentos	0	0,00%	256	0,05%	317	0,07%
TOTAL	599.514	100,00%	540.263	100,00%	478.436	100,00%

Fonte: Relatórios Anuais da ELOS dos anos de 1998, 1999 e 2000.

* Em virtude da reclassificação do Plano de Contas, Portaria MPAS nº 4.858 – 26.11.1998, as operações com patrocinadoras, estão sendo consideradas, a partir do mês de fevereiro de 1999, em conta específica, fora do Programa de Investimentos

Notas:

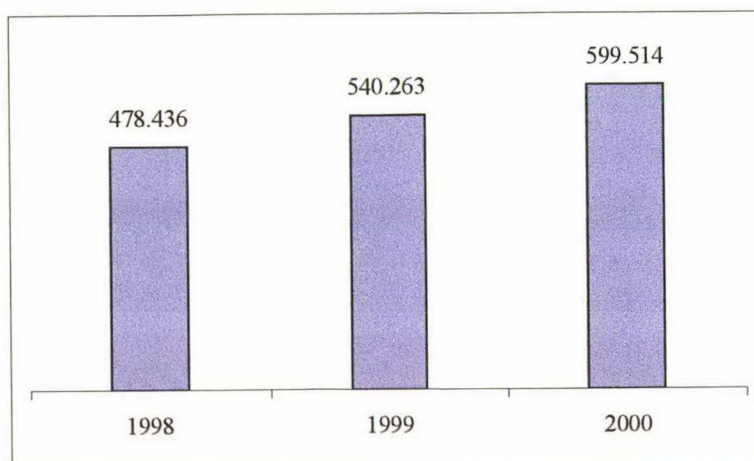
1. Renda Fixa: LTN, LFT, CDB, debêntures, etc.
2. Renda Variável: Ações
3. Empréstimos a participantes: benefício que a ELOS proporciona aos seus participantes. O percentual de empréstimo que cada participante pode obter é de 4 vezes o valor do seu salário (tanto para ativos quanto assistidos⁴³).
4. Operações com patrocinadora: são débitos que a Patrocinadora tem com a ELOS.

O percentual de aplicações em investimentos, nas diversas modalidades, está dentro das normas estabelecidas na nova Resolução (nº 2.829 – 29.03.2001), expedida pelo Banco Central. Essa norma estabelece que até 80% do patrimônio pode ser aplicado em Renda Fixa - a ELOS atualmente possui um percentual de 76,24% - e até 45% pode ser aplicado em Renda Variável - a ELOS atualmente tem aplicado apenas 16,68%. A Fundação ELOS, nesse momento, está enquadrada como investidor de categoria moderada.

A fim de melhor exemplificar o aumento dos investimentos da ELOS, segue gráfico:

⁴² A Fundação ELOS tem 22,10% de quotas do Shopping BeiraMar – Florianópolis - SC

Gráfico 7. Evolução dos programas de investimentos da ELOS



Fonte: Relatórios Anuais da ELOS dos anos de 1998, 1999 e 2000.

7.4 Comparação dos Investimentos da ELOS com os Fundos de Pensão como um todo

Neste momento, serão comparados os investimentos que coincidem com a ELOS e os dos Fundos de Pensão de uma maneira geral⁴⁴, a fim de verificar qual o percentual aplicado pela ELOS em relação a todos os outros Fundos de Pensão.

Tabela 11. Comparação dos investimentos da ELOS x Fundos de Pensão

Tipos de Investimentos	Dez/00			Dez/99		
	R\$ milhões		%	R\$ milhões		%
	Geral	ELOS		Geral	ELOS	
Renda Fixa	47.710	457	0,96%	36.423	370	1,02%
Renda Variável	14.881	100	0,67%	14.066	130	0,92%
Investimentos Imobiliários	10.460	33	0,32%	10.110	33	0,33%
Empréstimos a participantes	2.279	10	0,09%	1.805	8	0,44%
Operações c/ patrocinadoras	201	0	0%	70	0	0%
TOTAL	75.531	599		62.474	541	

Fonte: Relatórios Mensais da ELOS de dezembro dos anos de 1998, 1999 e 2000 e Consolidado Estatístico da ABRAPP, mar./abr. 2001

⁴³ Assistidos: aposentados e pensionistas

⁴⁴ Somente serão analisados os Fundos de Pensão que são associados à ABRAPP.

O total de investimentos dos Fundos de Pensão é de R\$ 126.803.122.000,00 e a ELOS está no *Ranking* das Fundações em 33º lugar⁴⁵, com R\$ 599.515.000,00, ou seja a ELOS tem um percentual de 0,47% dos investimentos totais dos Fundos de Pensão.

7.5 Efeitos da globalização na Fundação ELOS

Os novos tempos da globalização trouxeram várias transformações na economia a partir dos anos 90, que parecem não ter mais fim.

O efeito mais visível da globalização que afetou a Fundação ELOS foi a privatização de uma parte de sua Patrocinadora Instituidora – ELETROSUL, em 15.09.1998, ou seja, a parte de transmissão de energia continua sob os cuidados da ELETROSUL e a parte que se destina à geração da energia ficou com a nova empresa – GERASUL, a qual foi comprada pela empresa belga – Tractebel S/A.

A Fundação ELOS, antes da privatização, atendia somente aos participantes da ELETROSUL mas, com a privatização, a ELOS começou a atender às duas patrocinadoras, sendo uma de economia mista (ELETROSUL) e outra privada (GERASUL). Em virtude de incompatibilidade de objetivos e da legislação diferenciada de cada uma delas, a GERASUL está desenvolvendo um processo de constituição de uma nova fundação, cujo nome já foi estabelecido – GERASULPREV. A finalização desse processo depende da aprovação dos órgãos regulamentadores.

Outra influência da globalização é o estudo de mudança do tipo de plano de benefício concedido aos participantes - até o momento é um Plano de Benefício Definido; a proposta é a migração para um Plano de Contribuição Definida.

Há uma tendência quase que unânime para os Fundos de Pensão adotarem o plano de Contribuição Definida. Segundo Luiz Roberto Gouvêa, sócio gerente da Towers Perrin⁴⁶, cerca de 95% dos projetos de planos elaborados atualmente por sua consultoria são do tipo de Contribuição Definida e afirma que: “Hoje a grande maioria dos novos

⁴⁵ De acordo com Consolidado Estatístico – ABRAPP, mar./abr. 2001

⁴⁶ José Luiz Roberto Gouvêa, em entrevista a Revista ABRAPP, abr./98, p. 29

planos são de contribuição definida, pois as empresas não estão dispostas a assumir riscos e custos que não sejam estritamente relacionados ao próprio negócio que desenvolvem”.

A adoção crescente de Planos de Contribuição Definida (CD) segue uma tendência mundial que já domina completamente a Previdência Complementar Norte-Americana e que começa a influenciar outros países. A Coordenadora da Comissão Técnica de Benefícios da ABRAPP, Adriana Meirelles Salomão, cita em entrevista à mesma revista, que: “As fundações nacionais estão recebendo uma grande influência do exterior, onde a maioria dos fundos dos EUA trabalha com as contribuições definidas, e a Europa parece seguir pela mesma trilha” (Revista ABRAPP, abr./98, p. 29).

Essa tendência não atinge somente as fundações que estão sendo criadas atualmente⁴⁷, mas também àquelas que possuíam os Planos de Benefício Definido, exigindo uma migração de alteração dos modelos de Planos BD para CD. De acordo com a ABRAPP, “Hoje, dos 667 planos autorizados a funcionar no Brasil, 50% são de benefícios definidos, 33% de planos híbridos⁴⁸ e 17% de planos de contribuição definidas puros” (Revista ABRAPP, out./nov. 2000, p. 46).

As características dos dois tipos de planos são mostradas no quadro abaixo:

Quadro 2. Características dos Planos de Benefício Definido e Contribuição Definida

Características	Benefício Definido	Contribuição Definida
<i>Valor da Contribuição</i>	Está sujeita a variações em virtude de ter que acompanhar as correções salariais, entre outros fatores que podem influenciar o cálculo do benefício do INSS ⁴⁹ .	É estabelecido um percentual de contribuição, podendo haver mudança de valor por parte do participante ou, em alguns casos, este poderá postergar ou antecipar o pagamento de sua contribuição ⁵⁰ .

⁴⁷ Os fundos acessíveis aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial (entidades que foram recentemente aprovadas sua constituição) somente pode ofertar planos de benefícios na modalidade contribuição definida (Lei Complementar nº 109, art. 31, parágrafo 2, II).

⁴⁸ Planos híbridos ou mistos são aqueles caracterizados por uma mescla dos planos de benefício definido e de contribuição definida.

⁴⁹ Outros fatores que podem aumentar o custo deste plano, gerando maiores contribuições, é que com o enxugamento do quadro de pessoal das empresas, estas muitas vezes retiram a sua contribuição, encarecendo o plano tanto para a empresa quanto para o participante.

⁵⁰ Nesses casos há um limite com o qual a patrocinadora contribui; caso o participante opte em aumentar a sua contribuição, a patrocinadora continuará contribuindo o mesmo valor de antes e caso ele opte em parar de contribuir por um tempo, a patrocinadora também não contribuirá.

<i>Valor do benefício</i>	É estabelecido. O participante receberá o benefício da Prev. Social (INSS) mais a complementação do Fundo de Pensão, a fim de chegar o mais próximo possível ao valor do seu salário na ativa ⁵¹ .	Não é estabelecido. Dependerá do resultado da aplicação dos recursos acumulados pelo participante e pela empresa ao longo do período de atividade.
<i>Riscos do benefício</i>	Responsabilidade da patrocinadora ⁵² .	Responsabilidade do participante.
<i>Administração dos investimentos</i>	A Fundação administra, com ou sem atuação dos participantes.	O participante, em alguns planos, tem o direito de escolher como quer que seja investido o seu dinheiro e tem um maior controle sobre os mesmos.
<i>Informações do Plano de Benefício por participante</i>	Não é possível, em virtude de ser um plano em conjunto com todos; em outras palavras, é uma conta conjunta, à qual participam todos os participantes vinculados ao Fundo de Pensão.	É possível que, a qualquer momento, o participante saiba exatamente qual é o saldo de sua conta, inclusive a rentabilidade que a aplicação do seu dinheiro está conseguindo.
<i>Rentabilidade dos Investimentos</i>	O plano é solidário, sendo assim, a rentabilidade dos investimentos é dividida entre todos os participantes.	O participante pode acompanhar a rentabilidade de suas aplicações isoladamente.

Fonte: Informativo da Fundação Banestes de Seguridade Social – BANESES.

Esta migração do BD para CD, em um primeiro momento, traz uma série de custos adicionais que a Patrocinadora precisa arcar para atrair os participantes.

“Mas realmente a grande vantagem é que a partir de sua implementação os riscos para a Fundação e a Patrocinadora são reduzidos ao mínimo. Passa-se a contar com um plano totalmente equilibrado em termos atuariais, cujo custo não depende das oscilações do mercado e desempenho dos ativos” (Revista ABRAPP – abr./98, p. 31), pois esses custos são transferidos ao participante.

⁵¹ Existem algumas formas de calcular o benefício: através da média dos salários, tomando-se como parâmetro uma série histórica (como na Previdência Oficial – 80% dos maiores salários); a média dos últimos doze, vinte e quatro ou trinta e seis meses anteriores à aposentadoria; um percentual fixo aplicado sobre a média ou, ainda, sobre o último salário. Na ELOS, é utilizada a média dos últimos trinta e seis meses de salário (Vide Regulamento do Plano de Benefícios – Artigos nº 23 e 28 - parágrafo sétimo).

⁵² Esta responsabilidade pode ser diferenciada, dependendo da Patrocinadora. Por exemplo, no caso da ELOS, a ELETROSUL divide a responsabilidade com o participante, em função da paridade, já no caso da GERASUL, esta arca com toda a responsabilidade.

Para iniciar um processo de transição, é necessário que haja um canal de comunicação muito aberto e flexível e precisam ser transmitidas com muita clareza as vantagens e desvantagens de cada plano.

A Fundação Forluz identificou no seu processo de migração⁵³ que os participantes desconhecem o conceito básico de um Fundo de Pensão. Dessa forma, como é que esses participantes poderão saber qual o plano que será melhor para atender as suas necessidades? Nesse sentido, é de extrema importância que seja esclarecido o ‘bê-á-bá’ da Previdência Complementar para, após, entrar com as vantagens e desvantagens de cada tipo de plano existente.

Esse novo plano se adapta muito ao novo contexto de alta rotatividade de empregos pois, na saída da Fundação, o participante pode levar as suas reservas através da portabilidade⁵⁴.

“As adaptações realizadas ultimamente pelos fundos de pensão estão caminhando ao encontro do processo de transformação que o país vive atualmente”

Carlos Duarte Caldas – Diretor da ABRAPP⁵⁵

A criação de fundos multipatrocinados, isto é, patrocinados por diferentes empresas controladas por acionistas sem vínculo entre si, também é influência da globalização, pois está muito relacionada com a privatização e reestruturação das empresas. A Fundação ELOS atualmente é multipatrocinada, mas tenderá com a constituição de uma nova Fundação para a GERASUL, a ficar apenas com uma Patrocinadora.

⁵³ A Forluz conseguiu atingir um alto índice de migração para o novo Plano de Contribuição Definida, o qual foi instituído a partir de setembro de 1997; cerca de 95% dos participantes optaram em deixar o antigo plano. (Revista ABRAPP – abr./98, p. 31)

⁵⁴ Portabilidade – mecanismo que possibilita a transferência das reservas dos participantes para um outro Fundo de Pensão ou até para uma entidade aberta. A portabilidade foi aprovada na Lei Complementar nº 109, de 29.05.2001, nos art. 15, parágrafos I e II, que estabelecem que a portabilidade não caracteriza resgate, sendo vedado que os recursos financeiros transitem pelos participantes, sob qualquer forma. Essa pode ser transferida para outra entidade aberta, desde que atendidas as exigências da lei. De acordo com o art. 14, parágrafo 1º “não será admitida a portabilidade na inexistência de cessação do vínculo empregatício do participante com o patrocinador”.

⁵⁵ Revista ABRAPP – abr./98, p. 31

Francisco Parra, Diretor Superintendente do BB Previdência, considera os fundos multipatrocinados fomentadores do sistema fechado por, pelo menos, três razões (Revista ABRAPP, abr./98):

- "... possibilidade de oferecer uma porta de entrada para as pequenas e médias empresas que, de outro modo, por falta de escala, dificilmente reuniriam condições para oferecer planos complementares aos seus empregados" (ibid., p. 28);
- partilha dos custos, pois estes são geralmente administrados por instituições experientes, as quais conseguem maximizar os resultados e, assim, diminuir os custos de cada instituição; e
- estes fundos conseguem oferecer o melhor, sem perda da identidade de cada empresa participante; os fundos não se submetem a um padrão coletivo, pois é possível desenvolver planos que são capazes de atender às necessidades específicas de cada organização.

Essa é uma tendência a qual a maioria das empresas tiveram que se moldar, que é eliminar qualquer outro tipo de custo e preocupação em atividades que não fazem parte do objetivo principal de sua organização, deixando para empresas que possuem o *know-how*, fazerem isso melhor e com menores custos.

Com a aprovação da constituição dos fundos setoriais⁵⁶, os fundos multipatrocinados, poderão ser um caminho interessante, pois aqueles naturalmente não têm a experiência necessária para administrar planos de previdência⁵⁷.

No mundo todo o mercado de trabalho está mudando a cada dia que passa, com a redução dos empregos formais e a mudança nas formas de remuneração. As empresas, por sua vez, obrigadas a se mostrarem crescentemente competitivas, evitam dispersar seus esforços, concentrando-se somente em seu próprio negócio. Nesse contexto, os Fundos de Pensão não poderiam ficar estáticos no meio de toda esta turbulência e, por isso, muito se debate sobre os possíveis caminhos que podem ser trilhados no sentido de sua maior adaptação ao novo contexto sócio-econômico (Revista ABRAPP, abr./98).

⁵⁶ Lei Complementar nº 109, Cap. III, art. 31, II.

⁵⁷ Lei Complementar nº 109, Cap. III, art. 31, parágrafo 2º, "I - terceirizar a gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas e provisões mediante a contratação de instituição especializada autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou outro órgão competente.

“Os desafios, que não são poucos, constituem-se na verdade em oportunidades para o sistema exercer sua criatividade e multiplicar seu crescimento”.

Paulo César dos Santos – Coordenador Geral de Atuária da SPC⁵⁸

Com a globalização, também houve um maior interesse no estudo dos Fundos de Pensão de uma maneira global. Um desses reflexos pode ser verificado com a publicação do *Ranking* Mundial dos Fundos de Pensão. A Fundação ELOS, neste *ranking*, está no 1.135 lugar⁵⁹, dentro de um universo global de 4.172 Fundos de Pensão estudados. (ABRAPP/Risk Office <http://www.abrapp.org.br/estat_inter/raking_mundial/brasil.htm>)

⁵⁸ Revista ABRAPP – abr./98, p. 46

⁵⁹ Dados de 1999.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse novo cenário, com o mundo cada vez mais globalizado, com a pressão dos concorrentes pela busca da competitividade, com a tecnologia cada vez mais avançada, com as empresas se unindo para terem mais forças no mercado internacional, com a procura de talentos para suas organizações, dentre muitas outras conseqüências, é mais do que nunca tempo para as mesmas repensarem e ajustarem a sua estratégia de negócios para competir cada vez mais e trilhar caminhos nesse novo mundo.

De acordo com o que foi mencionado no desenvolvimento deste trabalho, os desequilíbrios da Previdência Social também são causados pela crescente informalidade das relações trabalhistas, devido a queda progressiva da participação de empregos formais; mudança na forma de cálculo dos benefícios concedidos e a transição demográfica, que vem ocorrendo com grande velocidade no Brasil, com a diminuição da fecundidade e o aumento da expectativa de vida, o Estado passou maior responsabilidade para a Previdência Privada. Essa responsabilidade deve-se ao fato de o Estado não conseguir mais arcar com o ônus previdenciário. Nesse sentido, a Previdência Complementar vem complementar (como o nome mesmo diz) o poder aquisitivo do trabalhador na data da sua aposentadoria. Com a Reforma da Previdência e a instituição do Fator Previdenciário, que reduz o valor do benefício do trabalhador, a Previdência Complementar está ainda mais importante.

Em virtude de todos esses fatos, a Previdência Complementar teve que se adaptar frente ao novo panorama, a fim de garantir uma aposentadoria digna aos trabalhadores.

Deve-se destacar que está havendo uma mudança de mentalidade das pessoas com relação à importância da Previdência Complementar, pois, antigamente, o que acontecia era que as pessoas só se preocupavam com a sua aposentadoria na hora em que se aposentaram. Essa mudança é muito benéfica e será cada dia mais importante, pois os jovens de hoje darão mais valor quando virem seus pais se preocupando com a sua situação após a vida laborativa.

Outra mudança de mentalidade que está ocorrendo, situa-se, nas organizações; as Patrocinadoras que antigamente eram extremamente paternalistas, estão modificando seu pensamento. Isso é muito visível na migração que está ocorrendo nos Planos de

Previdência - de Benefício Definido para o de Contribuição Definida. O multipatrocinio, muito em voga atualmente, acarreta uma competitividade entre os Fundos de Pensão e estes necessitam estar interagindo com a nova realidade, programando-se e gerenciando-se para as mudanças futuras.

A reforma que está ocorrendo na Previdência possibilitou o ingresso de um grande número de participantes; nesse sentido, maior contingente de pessoas estarão com cobertura previdenciária.

Foi de grande pertinência o estudo dos reflexos ocorridos pela globalização, dentro do contexto da Previdência Social, Previdência Complementar e também no panorama da Fundação ELOS. Ele veio proporcionar uma maior gama de conhecimentos em relação às atividades de um Fundo de Pensão e da potencialidade que o mesmo possui para gerar poupança interna de longo prazo e auxiliar no desenvolvimento econômico do País. Isso também pode ser verificado com o crescimento dos ativos das EFPP's, que foram 13,6% do PIB em 2000, contra 8,2% cinco anos atrás (Consolidado Estatístico – ABRAPP, mar./abr. 2001).

Os Fundos de Pensão, uma área que está crescendo muito atualmente, necessita de gestores cada vez mais especializados, exigindo assim que as escolas de Administração e Economia melhorem seus currículos, pois ainda não há muitos profissionais capacitados para trabalhar nessa área. A intensificação desses cursos reflete nitidamente o crescimento desse ramo, e já está se dando alguns passos nesse sentido. Pode-se verificar que a FEPESE (Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas da UFSC) está proporcionando pela segunda vez, um Curso de Especialização em Gestão Previdenciária.

O presente trabalho evidenciou, a importância crescente dos Fundos de Pensão para a sociedade como um todo, bem como a sua influência no desenvolvimento do País. Estes constituem-se em grandes investidores institucionais, sendo esses a mola que sustenta, também, as empresas que no passado estavam com o seu quadro financeiro deficitário e que, com o ingresso dos investimentos oriundos dos Fundos de Pensão, puderam alavancar as suas empresas, tornando-as cada vez mais modernizadas e competitivas para enfrentar o mercado internacional, alterando o seu quadro financeiro para superavitário.

A situação citada acima corresponde ao modelo de privatizações que ocorreram em vários setores da economia, quando o governo não tinha mais como sustentar essas empresas e estão as deixando nas mãos da iniciativa privada e cuidando do que realmente é o seu objetivo: saúde, educação e bem estar social.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

9.1 Bibliografia científica

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 17. ed., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1997.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. São Paulo: Makron Books, 1996.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de empresas**: uma abordagem contingencial. 3. ed. São Paulo: Makron *Books*, 1994.

FRIEDMAN, Thomas L. **O Lexus e a Oliveira**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

FURTADO, Celso. **O Capitalismo Global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

HIRST, Paulo e THOMPSON, Grahame. **Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração e interpretação dos dados. São Paulo: Atlas, 1990.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MATTAR, Fauze N.. **Pesquisa de marketing**: metodologia, planejamento, execução e análise. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 2.ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio et. al. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 13. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. **Quantitativo-qualitativo**: oposição ou complementariedade? Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, n. 9, p. 239-262, jul./set. 1993.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico** : conceitos, metodologia e práticas. 12. ed. São Paulo : Atlas, 1998.

RICHARDSON, Roberto Jarry. et. al. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

RUIZ. J. A.. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 1979.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

9.2 Documentos da Fundação ELOS

Convênio de Adesão. 1998.

Demonstrativo analítico de investimentos e de enquadramento das aplicações. 1998 a 2000.

Estatuto. 1993.

Regulamento do Plano de Benefícios. 2001.

Relatório Anual de Gestão. Anos: 1998, 1999 e 2000.

Relatório Mensal. Meses: dez./98, dez./99 e dez./00.

9.3 Periódicos

ABRAPP. **Consolidado Estatístico.** São Paulo: n. 24, mar./abr. 2001.

BASES. Fundação BANESE de Seguridade Social. **Informativo BASES.** Salvador, 2001.

BRASIL. Lei 6.435, de 15 de julho de 1977. Dispõe sobre as entidades de previdência privada, e dá outras providências.

BRASIL. Lei 81.240, de 20 de janeiro de 1978. Regulamenta as disposições da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, relativas às entidades fechadas de previdência privada.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Tudo o que você queria saber sobre a Previdência Social e ninguém ainda explicou.** Brasília: ACS, 1993.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 9.876, de 29 de novembro de 1999. Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências. (Retificada conforme DOU DE 06/12/99).

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social/Secretaria de Previdência Complementar. **Conjuntura Social.** Brasília: MPAS, ACS. v. 11, n. 1, jan./mar. 2000.

_____. v. 11, n. 2, abr./jun. 2000.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social/Secretaria de Previdência Complementar. **Boletim de Previdência Complementar**. Brasília. v. 1, n. 8, jan./fev. 2001

BRASIL. Resolução 2.829, de 29 de março de 2001. Aprova regulamento estabelecendo as diretrizes pertinentes a aplicação dos recursos das EFPP's.

BRASIL. Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001. Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências.

BRASIL. Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.

BRASIL. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Nacional, Ano CXXXVIII, n. 108, 05 de junho de 2001.

BRUMER, Wilson. **Investimentos não tradicionais**. Congresso Brasileiro dos Fundos De Pensão. XV, 1994, São Paulo: ABRAPP. p. xx – xx, set. 1994.

CECHIN, José. **Crescimento, emprego e Previdência Social**. Conjuntura Social. Brasília: MPAS, ACS. v. 11, n. 2, p. 21 – 74, abr./jun. 2000.

CNBV. **Vocabulário de Mercado de Capitais**. Belo Horizonte: CNBV, 1993.

CONGRESSO BRASILEIRO DOS FUNDOS DE PENSÃO. XV, 1994, São Paulo: ABRAPP. set. 1994.

_____. XVI, 1995, São Paulo: ABRAPP. out. 1995.

_____. XX, 1999, São Paulo: ABRAPP. out. 1999.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Globalização e crise do estado nacional**. RAE – Revista de Administração de Empresas. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas. v. 40, n. 2, p. 38-50, abr./jun. 2000.

KLIASS, Paulo. **Previdência Complementar no Brasil**. Conjuntura Social. Brasília: MPAS, ACS. v. 11, n. 2, p. 69 – 84, abr./jun. 2000.

KOLLER, Alexandre. **O crescente setor de Previdência Privada no Brasil: Um confronto entre os sistemas fechado e aberto**. 1998. 63p.. Monografia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

LEITE, Celso Barroso. **Um século de Previdência Social**. Revista da Previdência Social (RPS). São Paulo, v. III, n. 36, p. 7-15, jul./ago. 1983.

_____. **Previdência Social e Desenvolvimento**. Revista da Previdência Social (RPS). São Paulo, n. 64, p. 137-143, mar. 1986.

_____. **Origem e evolução da Previdência Social Brasileira: da Lei Elói Chaves ao SINPAS**. Revista da Previdência Social (RPS). São Paulo, n. 69, p. 451-456, ago. 1986.

ORNÉLAS, Waldeck e VIEIRA, Solange P. **Novo rumo para a previdência Brasileira**. MPAS. Out. 1999.

REVISTA ABRAPP. **Os fundos mantêm expansão no mundo**. São Paulo, v. 18, n. 242, p. 24-28, mar. 1998.

_____. **Na trilha das mudanças globais**. São Paulo, n. 243, p. 28-40, abr. 1998.

_____. **A super ferramenta do RH das empresas**. São Paulo, n. 251, p. 2-5, fev. 1999.

_____. **O coração das empresas bate mais forte**. São Paulo, n. 256, p. 29-34, set./out. 1999.

_____. **Revolução no mercado de trabalho**. São Paulo, n. 257, p. 47-50, nov. 1999.

_____. **Experiência Global**. São Paulo, n. 264, p. 42-46, out./nov. 2000.

REVISTA INVESTIDOR INSTITUCIONAL. **Intelig cria fundo para atrair talentos**. São Paulo, n. 84, p. 16-17, set. 2000.

REVISTA VEJA. São Paulo: Editora Abril. **Abaixo as barreiras**. ed. 1653, ano 33, n. 24, p. 11-15, 14.06.2000.

_____. **10 perguntas (e respostas) sobre a globalização**. ed. 1681, ano 33, n. 52, p. 90-93, 27.12.2000.

VERGARA, Sylvia Constant. **Tipo de pesquisa em administração**. Cadernos EBAP, FGV. Rio de Janeiro, n. 52, jun. 1990.

9.4 Sites da internet

ABRAPP, Riske Office. **Ranking mundial por país 1999**. Disponível em: <http://www.abrapp.org.br/estat_inter/raking_mundial/brasil.htm>. Acesso em: 19 de junho de 2001.

GLOBALIZAÇÃO, ontem e hoje. Disponível em:

<<http://www.terra.com.br/atualidade/globalizacao2.htm>>. Acesso em: 27 de abril de 2001.

ORNÉLAS, Waldeck. **O novo modelo previdenciário brasileiro: uma fase de transição**. Disponível em: <http://www.mpas.gov.br/07_08.htm>. Acesso em: 09 de maio de 2001.

PEREIRA JUNIOR, José de Sena. **Globalização e Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://www.iis.com.br/~rbsoares/geo7.htm>>. Acesso em: 19 de julho de 2000.

TEIXEIRA FILHO, Jayme. **Globalização, desemprego e destrabalho**. Disponível em: <<http://informal.com.br/artigos/art015.htm>>. Acesso em: 23 de abril de 2001.

10 BIBLIOGRAFIA

ABAMEC. **Mercado de Capitais – A revista da ABAMEC-SP.** São Paulo. n. 81, p. 24 – 26, São Paulo.

ABRAPP. **Diário ABRAPP – Diário dos Fundos de Pensão.** (Publicação Diária) São Paulo. 1999 a 2000.

CONGRESSO BRASILEIRO DOS FUNDOS DE PENSÃO. XVIII, 1997, São Paulo: ABRAPP. out. 1997.

_____. XIX, 1998, São Paulo: ABRAPP. out. 1998.

ENCICLOPÉDIA do mundo contemporâneo. São Paulo: Publifolha; Rio de Janeiro: Editora Terceiro Milênio, 2. ed., 2000.

FUNDAÇÃO ELOS. **Jornal ELOS.** (Publicação Bimestral). Florianópolis. 1998 a 2000.

_____. **Manual de gestão empresarial.** Florianópolis. 1999.

_____. **Planejamento estratégico (1998 a 2000).** Florianópolis. 1998.

HAMPTON, David R. **Administração contemporânea: teoria prática e casos.** Tradução: Lauro Santos Blandy, Antonio C. Amaru Maximiniano; revisão técnica: Eunice Lacava Kwasnicka. 2. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LERNER, Válder. **Organização, sistemas e métodos.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1977.

LUCCA NETO, Dum de. **Um mercado em crescimento**. T&D – Desenvolvendo Pessoas. São Paulo. p. 26, abr. 2000.

MARINAKIS, Andrés E. **A participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas no Brasil**: um instrumento para acelerar a reestruturação necessária. RAE – Revista de Administração de Empresas. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas. v. 37, n. 4, p. 56-64, out./dez. 1997.

RABELO, Flávio Marcílio. **Fundos de Pensão, Mercado de Capitais e Corporate Governance**: lições para os mercados emergentes. RAE – Revista de Administração de Empresas. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas. v. 38, n. 1, p. 38-51, jan./mar. 1998.

RABELO, Flávio Marcílio. **Novas Fronteiras de Investimento das Entidades Fechadas de Previdência Privada**. Brasília: MPAS, Secretaria de Previdência Complementar, 2000.

REVISTA VEJA. São Paulo: Editora Abril. **Razões de otimismo**. ed. 1658, ano 33, n. 29, p. 11-15, 19.06.2000.

RUDGE, Luiz Fernando. **Mercado de Capitais 4**. ed. Belo Horizonte: CNBV, 1998.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Administração e Finanças**. São Paulo: Best Seller, 1996.

<http://www.mpas.gov.br>

<http://www.abrapp.org.br>

<http://www.elos.org.br>

<http://www.intermanagers.com.br>

11 ANEXOS

ANEXO I – Ranking dos Investimentos dos Fundos de Pensão – ABRAPP.

RANKING DOS INVESTIMENTOS (EM R\$ MIL)

DEZEMBRO - 2000

Posi- ÇÃO	FUNDOS DE PENSÃO	INVESTIMENTOS R\$ MIL	PARTIC- IPANTES	DEPEN- DENTES	ASS- TIDOS	Posi- ÇÃO	FUNDOS DE PENSÃO	INVESTIMENTOS R\$ MIL	PARTIC- IPANTES	DEPEN- DENTES	ASS- TIDOS
1	PREVI	34.974.993	74.819	271.953	49.847	72	JOHNSON & JOHNSON	241.720	4.983	7.942	198
2	SISTEL	8.529.543	49.162	203.211	23.401	73	GERDAU	235.938	8.694	17.799	57
3	PETROS	7.472.307	39.239	208.414	40.131	74	CAEMI	235.635	1985	6878	1224
4	FUNCEF	6.942.284	54.129	129.272	12.726	75	METRUS	234.174	7.614	17.462	505
5	FUNDAÇÃO CESP	4.883.667	23.660	85.179	19.433	76	DESBAN	233.667	470	1.554	200
6	CENTRUS	3.983.035	84	2.728	1.213	77	FASASS	232.519	697	2.347	701
7	ITAUBANCO	3.188.891	35.587	46.457	4.243	78	FIPECQ	231.835	2.754	8.584	151
8	VALIA	2.664.051	16.133	74.100	13.789	79	FASC	224.948	5.617	9.174	332
9	FORLUZ	2.160.435	11.687	47.525	7.731	80	PREVI NOVARTIS	224.787	3.272	9.279	220
10	REAL GRANDEZA	1.755.280	5.063	25.107	5.092	81	FUSAN	215.155	3.721	13.322	1.115
11	BANESPREV	1.632.506	21.313	37.905	3.218	82	FACED	213.974	1.325	4.451	556
12	FAPES	1.601.155	1.755	6.458	789	83	PREVINOR	210.880	2.177	7.887	534
13	AERUS	1.440.200	32.411	74.387	5.306	84	FRANCISCO CONDE	210.574	4.256	4.684	205
14	TELOS	1.393.929	8.174	32.720	3.716	85	AGROS	210.241	4.291	14.214	342
15	FUNBEP	1.258.159	9.908	28.026	3.004	86	FAELCE	208.968	1.900	8.103	1.464
16	FUNDAÇÃO COPEL	1.226.024	6.508	24.134	4.544	87	FFMB	203.925	3.851	6.838	225
17	CCF	1.124.290	48.545	82.844	3.939	88	CELPOS	203.262	2.467	10.614	2.156
18	ELETROCEEE	1.107.979	8.107	22.384	2.453	89	PREVI-SIEMENS	200.919	7.751	12.262	218
19	CAPEF	1.064.317	3.324	14.076	3.169	90	SAO BERNARDO	200.035	8.816	11.045	913
20	IBM	1.045.265	3.863	7.581	971	91	BASF	184.228	5.306	16.156	131
21	ECONOMUS	1.018.637	13.604	31.788	1.459	92	ISBRE	178.728	405	1.234	166
22	REFER	1.014.145	7.152	74.595	22.449	93	ESCELSOS	174.000	1.554	4.891	690
23	POSTALIS	972.407	81.697	260.736	2.911	94	ACEPREV	173.196	3.200	9.824	242
24	PSS	881.099	8.572	18.075	2.764	95	PREVIBOSCH	171.364	10.327	19.092	218
25	ELETROS	841.021	1.360	4.254	1.271	96	BRASILETROS	158.167	1.639	9.623	1.836
26	CX EMPR USIMINAS	834.629	13.731	41.271	7.733	97	ARUS	153.990	1.641	4.765	283
27	SERPROS	728.602	7.547	19.443	1.846	98	PREVDOW	153.741	1.912	4.497	88
28	FEMCO	693.700	6.176	30.006	7.285	99	MULTIPREV	148.027	18.180	45.520	57
29	PREVI-GM	666.543	26.141	55.524	459	100	UNISYS PREVI	146.902	1.394	4.168	15
30	CERES	637.840	9.937	27.736	1.993	101	DURATEX	138.504	5.813	11.221	497
31	CBS	625.581	7.515	44.767	11.937	102	PREVI-ERICSSON	133.718	5.795	7.787	59
32	FACHESF	618.894	4.542	32.768	5.907	103	MULTIPLA	126.954	7.802	7.156	143
33	ELOS	599.515	2.025	11.421	2.449	104	PREVDATA	122.826	2.455	5.883	841
34	BANDEPREV	563.145	866	5.456	1.220	105	PREVEME	122.160	2.682	5.582	180
35	BRASLIGHT	560.391	5.354	16.609	3.746	106	FUNDAÇÃO CORSAN	121.104	4.419	13.315	1.287
36	VOLKSWAGEN	545.543	0	0	0	107	CAPAF	120.442	1.647	8.300	1.354
37	PORTUS	526.873	10.460	31.987	6.047	108	FUNDAMBRAS	119.348	4.258	10.613	142
38	ATTILIO FONTANA	491.009	24.530	32.058	2.447	109	CABEC	118.294	959	3.769	424
39	BRAHMA	483.815	3.158	9.276	1.552	110	ALCOA-PREVI	115.438	6.982	14.018	30
40	FUNDAÇÃO BANRISUL	482.996	8.257	22.882	3.163	111	PREVILLARES	115.150	6.513	16.567	217
41	FCRT	477.810	3.120	11.258	2.741	112	PREVIREFINACOES	111.095	10.554	16.393	144
42	AÇOS	460.351	2.982	9.362	811	113	CAPOF	107.236	555	1.839	286
43	FIBRA	459.900	1.481	4.493	578	114	PREVISC	106.611	5.811	9.389	555
44	CITIPREVI	457.420	9.535	23.507	81	115	FUNGRAPIA	102.501	1.927	5.894	499
45	CELOS	412.367	4.943	16.931	2.049	116	PREVID EXXON	100.593	1.138	2.766	95
46	FAELBA	409.061	3.222	12.627	1.148	117	ENERSUL	96.539	741	2.365	252
47	PREVIRB	406.657	607	2.245	921	118	AG-PREV	96.383	4.453	7.385	58
48	PREVIMINAS	400.941	18.487	34.302	1.506	119	COMPREV	96.335	3.155	10.246	1.024
49	PRECE	392.399	7.890	28.386	3.907	120	SERGUS	96.202	917	2.676	134
50	SABESP	389.344	19.209	75.880	1.869	121	SAO FRANCISCO	90.189	1.083	3.280	395
51	REGIUS	380.315	1.616	5.124	514	122	SUPREV	89.646	1.329	3.268	880
52	CREDIPREV-CREDIREAL	365.403	1.567	6.868	2.559	123	AEROS	88.727	1.551	2.742	135
53	SAO RAFAEL	362.095	5.576	17.160	117	124	ABRILPREV	87.869	8.202	9.373	37
54	GEAP	360.164	96.641	172.136	0	125	FUNDIAGUA	86.060	2.488	7.900	342
55	FUSESC	356.029	5.125	15.248	1.079	126	CASA	85.788	4.664	8.876	28
56	INFRAPREV	355.804	8.038	17.246	1.120	127	IAJA	85.583	3.418	6.548	546
57	BANESES	346.506	2.677	9.217	1.013	128	BANORTE	83.615	48	1.033	438
58	PREBEG	344.327	2.008	5.898	888	129	CABEA	82.824	451	1.357	125
59	PRHOSPER	325.575	2.983	8.344	1.022	130	CIBRIUS	80.275	3.100	8.161	626
60	FUNSSSEST	323.135	3.597	12.763	629	131	PREVSAN	75.579	2.559	10.071	702
61	TREVO	322.449	4.288	9.575	249	132	SOMUPP	75.534	1	205	126
62	BASES	315.967	2.661	7.911	626	133	FAPA	73.457	1.243	2.906	77
63	FUNEPP	294.924	12.935	37.807	1.136	134	CAPESESP	73.157	36.483	105.834	169
64	ECOS	294.773	438	511	462	135	SARAH PREVIDENCIA	72.073	3.650	4.559	2
65	PREVIGEL	288.457	9.640	16.395	290	136	GOODYEAR	71.802	4.229	6.466	97
66	SANPREV	272.735	3.902	7.825	226	137	DERMINAS	70.672	9.601	31.444	14
67	PREVHAB	271.869	4.763	16.650	2.262	138	PREVICAT	70.427	2.243	6.188	247
68	ARICANDUVA	259.963	1.396	0	17	139	ZENECIA ICIFUND	69.638	871	1.325	58
69	NUCLEOS	250.251	1.906	4.461	482	140	ROYALPREV	69.617	2.672	4.220	63
70	PREVIBAYER	249.103	2.661	5.101	862	141	ELETRA	69.329	1.474	5.554	821
71	PREVINORTE	242.162	3.116	8.934	706	142	PREVISAO	68.292	2.209	3.951	249

RANKING DOS INVESTIMENTOS (EM R\$ MIL)

DEZEMBRO - 2000

Pos- CAO	FUNDOS DE PENSÃO	INVESTIMENTOS R\$ MIL	PARTICI- PANTES	DEPEN- DENTES	ASSIS- TIDOS	Pos- CAO	FUNDOS DE PENSÃO	INVESTIMENTOS R\$ MIL	PARTICI- PANTES	DEPEN- DENTES	ASSIS- TIDOS
143	GEIPREV	66.397	242	842	134	214	PREVIARMCO	16.455	750	1680	31
144	PREVILLOYDS	66.018	645	912	26	215	PRODUBAN	16.243	30	67	185
145	ALCANPREV	65.393	2.944	9.100	53	216	URANUS	14.083	7	91	23
146	PREVINDUS	64.575	3.318	7.960	787	217	ROCHEPREV	13.463	1.464	2.258	5
147	INDUSPREVI	62.232	2.924	4.187	268	218	GTMPREVI	13.327	7.258	13.265	11
148	GASIU	59.469	313	2.077	793	219	PREVICEL	13.159	480	803	4
149	MENDESPREV	57.103	2.190	6.692	244	220	CISPER	13.138	1.271	2.647	20
150	CIFRAO	56.827	1.326	2.830	520	221	HERINGPREV	12.992	3.398	7.620	20
151	PREVITDB	56.317	4.525	7.859	67	222	P&G PREV	12.953	1.337	2.825	1
152	FASERN	55.990	606	2.817	280	223	MSD PREV	12.806	658	1.032	2
153	PREVCUMMINS	54.839	780	1.678	75	224	YASUDA SOCIEDADE	12.537	393	668	52
154	PREVIMAT	52.449	1.513	4.547	364	225	FUNCASAL	12.143	994	2.857	179
155	WEG	51.452	6.242	8.410	45	226	JOAO M SALLES	11.712	19.946	50.427	171
156	FUNREDE	51.407	2.080	4.267	221	227	J&HPP	11.182	268	401	18
157	FIOPREV	50.999	3.938	7.837	149	228	FOLHAPREV	11.105	3.754	5.435	3
158	ODEPREV	48.455	2.111	5.152	3	229	PREVDEUTSCHE	11.029	258	287	6
159	OESPRES	48.206	4365	6968	38	230	GZM-PREVI	10.577	2.394	2.407	3
160	PREVIALBARUS	46.785	1.393	2.778	22	231	LWWV PREV	10.469	1.039	1.798	9
161	FAPERS	46.434	643	1.749	138	232	RESAPREV	9.673	366	658	5
162	FUCAE	43.854	4.459	8.234	40	233	ZENPREV	9.625	933	1.911	9
163	FUNASA	43.610	1.221	3.631	49	234	PREVCHEVRON	9.435	110	216	17
164	CASFAM	43.055	1.196	3.722	941	235	SWPREV	9.308	1.345	2.696	4
165	PREVIM	42.450	3.095	3.071	3	236	DC PREV	8.971	147	247	1
166	PREVIMULTIPLIC	42.298	2.566	2.526	29	237	FACOPAC	8.736	1.130	2.363	16
167	GEBSA-PREV	40.572	472	957	33	238	TRICHESP	8.488	770	848	8
168	FENIPREV	38.845	8.387	18.108	18	239	PREV AMERICA LATINA	7.825	298	374	10
169	HP PREV	38.522	1247	1721	5	240	AVONPREV	7.657	3.588	6.488	21
170	TEXPREV	37.220	966	1.659	46	241	PREVI-FIERN	7.594	551	1.197	81
171	MAGNUS	37.160	3.084	6.846	81	242	DAREXP	7.493	157	337	28
172	FABASA	36.556	3.676	11.387	115	243	PREVIMA	7.286	340	536	0
173	SPASAPREV	35.824	11.758	13.974	55	244	TRAMONTINAPREV	6.834	4075	7130	0
174	LILLY PREV	35.721	1.050	1.615	28	245	UNIPREVI	6.611	1.203	1.866	12
175	BANKBOSTON	35.619	4.149	8.298	0	246	PFIZER PREV	5.834	1.298	2.280	17
176	ULTRAPREV	32.388	5	40	21	247	PREVPISA	5.652	410	1.110	2
177	VIKINGPREV	32.297	1.732	42	7	248	SILIUS	4.870	185	994	186
178	CHAMPREV	31.229	3.717	8.207	15	249	ORIU	4.766	5	61	34
179	FAECES	30.606	1.046	3.106	368	250	MESSIUS	4.512	710	798	0
180	PREV-MOTOROLA	30.430	3.004	3.267	1	251	NALCOPREV	4.476	267	367	0
181	FUNSEJEM	29.584	7.721	17.923	49	252	PREVITINTAS	4.441	284	156	0
182	PREVIDA	28.197	208	387	68	253	JOSAPREV	3.760	934	1.265	1
183	PREVBEP	27.598	214	483	23	254	MERCÉR PREV	2.988	132	19	0
184	PREVI-INCEPA	27.244	2.723	1	6	255	KPMG PREV	2.758	958	1.482	26
185	CARBOPREV	27.087	391	680	9	256	FAPECE	2.516	324	771	105
186	PREVIQ	27.069	1.127	2.756	7	257	RIBEIRAO PREV	2.435	1.298	2.280	17
187	SIAS	26.672	37	764	517	258	STEIO	2.416	33	30	4
188	SUPRE	26.492	635	2.141	122	259	VOITH PREV	2.184	1.788	3.576	0
189	PINUSPREV	25.937	2.903	6.179	19	260	MULTIPARANA	1.756	105	143	0
190	FUCAP	25.917	1.750	2.111	188	261	BERONPREV	1.568	931	2.154	4
191	MARCOPREV	24.933	5162	10564	9	262	FUNDADEPAR	1.546	346	1.038	0
192	FACEPI	24.334	1.091	5.748	378	263	POUPREV	1.541	536	813	0
193	PORTOPREV	24.099	2.184	1.860	0	264	CIC-PREV	752	28	58	1
194	PREVI GILLETTE	23.575	1.650	2.649	20	265	FUNDO NORCHEM	544	71	142	0
195	INERGUS	23.406	613	2.126	297	266	PRO-FUTURO	280	66	0	0
196	RECKITT & COLMAN	23.189	980	1.539	40	267	PREVIVER	236	116	285	0
197	EDS PREV	23.149	959	1.473	0	268	LOCTITE	46	487	1.464	1
198	FUNDACAO GAROTO	22.973	3.225	4.746	38						
199	FAIRPLAN	22.907	1.250	1.864	0						
200	FGV-PREVI	22.007	789	1.463	1						
201	RBS PREV	20.640	7.718	13.475	37						
202	FUNTERRA	19.260	394	1099	33						
203	PREVER HAAS	18.912	321	533	11						
204	ALPHA	18.742	1.330	1.481	26						
205	VULCAPREV	17.993	1.537	3.492	46						
206	CAFBE	17.859	702	1.849	227						
207	CAVA	17.848	4.360	6.058	605						
208	ICATU HARTFORD	17.798	7.588	15.169	0						
209	PREVIBAN	17.303	244	743	69						
210	RANDONPREV	17.242	3.125	5.340	12						
211	PERDIGAO	17.047	15.674	56.205	2						
212	MERCAPREV	16.866	724	966	1						
213	PREVMOBIL	16.820	110	286	18						

ANEXO II – Demonstrativo Analítico de Investimentos e de Enquadramento das Aplicações da Fundação ELOS (I trimestre de 2001).

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DE INVESTIMENTOS E DE ENQUADRAMENTO DAS APLICAÇÕES

QUADRO I - IDENTIFICAÇÃO

ENTIDADE: FUNDAÇÃO ELETROSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL		PERÍODO: 1º TRIMESTRE DE 2001	
SIGLA: ELOS	CÓDIGO: 0.252-5	CNPJ: 42.286.245/0001-77	

QUADRO II - CARACTERIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

DISCRIMINAÇÃO	ESPÉCIE /TIPO	QUANTIDADE			VALOR DE MERCADO			% APLICADO	% DIVERSIFICAÇÃO
		1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS		
R. RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS					624.221.566,45	613.889.698,35	603.586.982,28		
A. TIT. PUB. RESP. TES. NAC. E/OU BACEN E CRED. SEC. TES. NAC.					0,00	0,00	0,00		
B. INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA					464.906.111,78	465.931.862,13	467.510.914,94	75,94	
B7. Aplicações em Instituições Financeiras					454.241.441,34	454.996.652,24	456.531.212,32	74,17	
B7.3. Certificado de Depósito Bancário					19.894.381,35	11.608.831,83	9.189.240,17	2,20	
B7.3.1 Banco Panamericano S/A 360 Dias	POS	3.900			4.548.192,47	0,00	0,00	0,24	1,99
B7.3.2 Banco Panamericano S/A 360 Dias	POS	5.510	5.510	5.510	6.158.997,69	6.224.345,98	6.306.005,65	1,02	1,99
B7.3.3 Banco Panamericano S/A 360 Dias	POS	2.535	2.535	2.535	2.815.956,30	2.845.862,77	2.883.234,52	0,46	1,99
B7.3.4 Banco Panamericano S/A 362 Dias	POS	2.185	2.185		2.512.247,95	2.538.623,08	0,00	0,27	1,99
B7.3.5 Banco Santos S/A 360 Dias	POS	3.300			3.858.986,94	0,00	0,00	0,21	6,08
B7.8. Quotas de FIF - Renda Fixa					225.253.518,35	231.044.134,12	235.391.811,53	37,57	
B7.8.1 ABN AMRO BANK	FIF	1.005.596	1.084.922	1.188.900	17.103.827,08	18.634.221,39	20.653.097,23	3,07	3,07
B7.8.2 Banco Banrisul S/A	FIF	6.938.907	7.911.480	8.459.160	14.953.343,96	17.214.510,52	18.607.784,00	2,76	2,76
B7.8.3 Banco Icatu S/A	FIF	3.065.148	3.065.148	3.065.148	10.341.682,58	10.442.933,33	10.493.193,05	1,70	2,53
B7.8.4 Banco Icatu S/A	FIF	2.705.944	1.170.709	1.170.709	8.239.551,09	3.592.627,34	3.595.391,12	0,83	2,53
B7.8.5 Banco Pactual S/A	FIF	4.383.657	4.383.657	4.383.657	16.794.884,71	16.966.806,91	17.150.605,31	2,77	7,60
B7.8.6 Banco Santos S/A	FIF	24.099.810	27.265.074	30.063.572	31.906.004,58	36.461.352,02	39.664.199,45	5,87	6,08
B7.8.7 Banco Sulamerica S/A	FIF	296.337	296.337	296.337	4.910.933,17	4.957.472,40	4.997.545,43	0,81	0,81
B7.8.8 BNP - Banque Nationale de Paris	FIF	13.021	13.021	13.021	2.240.989,75	2.262.183,06	2.280.130,98	0,37	0,37
B7.8.9 Brascan	FIF	2.074.820	2.074.820	2.074.820	4.791.988,36	4.838.319,93	4.895.339,51	0,79	0,79
B7.8.10 CCF Brasil S/A	FIF	10.333	10.333	10.333	5.144.774,75	5.195.118,45	5.251.124,80	0,85	0,85
B7.8.11 Chase Manhattan	FIF	49.904	49.904	49.904	12.558.953,77	12.669.488,74	9.298.484,80	1,87	1,87
B7.8.12 Fleming Grappius S/A	FIF	34.269.152	34.269.152	34.269.152	52.496.184,54	52.974.708,70	53.218.334,96	8,62	8,62
B7.8.13 Investidor Profissional	FIF	4.078	4.273	4.273	13.554.912,18	14.307.498,51	14.386.827,09	2,30	2,30
B7.8.14 Liberal	FIF	8.271.230	8.271.230	8.271.230	22.446.539,54	22.680.416,85	22.970.993,45	3,70	11,54
B7.8.15 Liberal Asset Management - ELO	FIF	3.812.628	3.812.628	3.812.628	6.546.620,78	6.613.768,77	6.695.885,14	1,08	1,08
B7.8.16 Mercatto - Gestão de Recursos	FIF	599.383	599.383	599.383	1.222.327,51	1.232.707,20	1.238.875,21	0,20	0,20
B7.9. Quotas de FAQ - Renda Fixa					209.093.541,64	212.343.686,29	211.950.160,62	34,40	
B 7.9.1 Banco ALFA de Investimentos S.A	FAQ	88.841	88.841	88.841	11.269.494,14	11.377.249,37	11.493.887,89	1,85	1,85
B 7.9.3 B.M.G.	FAQ	53.881	57.280	57.280	69.455.496,41	72.447.091,14	71.768.160,11	11,61	11,61
B 7.9.2 B.N.L. Banco BNL do Brasil S.A	FAQ	6.704.376	6.687.474	6.687.474	7.731.434,53	7.789.854,10	7.877.634,55	1,27	1,27
B 7.9.4 Dreyfus Brascan Asset Manag	FAQ	52.966.365	52.966.365	52.966.365	71.944.520,79	72.572.829,00	73.187.498,37	11,82	11,82
B 7.9.5 Liberal	FAQ	36.887.129	36.887.129	36.887.129	48.692.595,77	48.156.662,68	47.622.979,70	7,85	11,54
B8 Títulos de Empresas					10.664.670,44	10.935.209,89	10.979.702,62	1,77	
B8.2. Debêntures Não Conversíveis					8.863.120,42	9.221.910,13	9.251.466,28	1,49	
B8.2.1 Centro Século XXI S/A 1 2065 Dias	NC	1.344	1.344	1.344	2.753.406,41	2.784.500,67	2.821.053,63	0,45	1,03
B8.2.2 Centro Século XXI S/A 2 1950 Dias	NC	1.020	1.020	1.020	2.082.557,84	2.106.231,54	2.134.054,39	0,34	1,03
B8.2.3 Centro Século XXI S/A 3 1761 Dias	NC	456	456	456	931.025,86	941.609,40	954.047,84	0,15	1,03
B8.2.4 Centro Século XXI S/A 4 1327 Dias	NC			113	0,00	0,00	236.659,30	0,01	1,03
B8.2.5 Centro Século XXI S/A 4 1355 Dias	NC		80	80	0,00	165.329,15	167.472,64	0,02	1,03
B8.2.6 Centro Século XXI S/A 4 1446 Dias	NC	82	82	82	167.365,23	169.234,38	171.434,22	0,03	1,03
B8.2.7 Centro Século XXI S/A 4 1477 Dias	NC	65	65	65	132.712,03	134.220,64	135.993,66	0,02	1,03
B8.2.8 Infovias PNSC S/A 7 1095Dias	NC	67	67		72.726,13	73.581,29	0,00	0,01	0,01
B8.2.9 Nordon Ind. Metalurgicas 1 1889 Dias	NC	522	522	522	2.823.326,92	2.847.203,06	2.630.750,60	0,45	0,45
B8.3. Debêntures Conversíveis					1.701.550,02	1.713.299,76	1.728.236,34	0,28	
B8.3.1 FenciaPar S/A 1 1573Dias	C	200	200	200	567.183,34	571.099,92	576.078,78	0,09	0,28
B8.3.1 FenciaPar S/A 1 1675Dias	C	400	400	400	1.134.366,68	1.142.199,84	1.152.157,56	0,19	0,28
C. INVESTIMENTOS DE RENDA VARIÁVEL					116.668.505,32	105.428.500,52	93.634.793,86	17,13	
C1 Mercado de Ações					672,02	672,02	672,02		
C1.1. Mercado a Vista					672,02	672,02	672,02		
C1.1.1 Banco Bibao Viscaya	PN	1.000,00	1.000,00	1.000,00	672,02	672,02	672,02		
C7. Fundos de Ações-Carteira Livre					116.667.833,30	105.427.828,50	93.634.121,84	17,13	
C7.1. Banco Boavista S/A/Bradesco S/A	FMIA CL	88.651	88.651	88.651	10.664.674,23	9.634.510,70	8.186.306,62	1,54	1,55
C7.2. Banco Boavista S/A/Bradesco S/A	FMIA CL	28	28	28	3.374,89	3.048,89	2.590,60		1,55
C7.3. Banco Pactual S/A	FMIA CL	22.621.630	22.621.630	22.621.630	33.213.407,72	29.722.536,68	26.170.963,43	4,83	7,60
C7.4. Bozano Simonsen/Santander Brasil S/A	FMIA CL	1.593.593	1.593.593	1.593.593	30.318.592,12	27.203.351,71	24.591.568,30	4,45	4,45
C7.5. CCF Brasil S/A/H5BC Investment Bank Brasil S/A	FMIA CL	14.011	14.011	14.011	28.284.132,15	25.977.842,75	22.859.474,64	4,18	4,18
C7.6. Lloyd's Bank S/A	FMIA CL	841.537	841.537	841.537	14.183.652,19	12.886.537,77	11.823.218,25	2,11	2,11

QUADRO II - CARACTERIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE			VALOR DE MERCADO			% APLICADO	% DIVERSIFICAÇÃO
	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS		
D. TÍTULOS RURAIS E AGRÍCOLAS				0,00	0,00	0,00		
E. FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO				0,00	0,00	0,00		
F. FUNDOS MÚTUOS DE INVEST. EM EMPRESAS EMERGENTES				0,00	0,00	0,00		
G. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS				32.605.106,78	32.573.941,55	32.569.212,39	5,31	
G4 Edificações de Uso Próprio				717.864,75	716.579,34	715.293,93	0,12	
G4.1 SEDE ELOS	1	1	1	717.864,75	716.579,34	715.293,93	0,12	
G5. Edificações Locada(s) a Patrocinadora(s)				17.437.500,13	17.415.000,14	17.392.500,15	2,84	
G5.1 CENTRO REGIONAL DE SANTA CATARINA - CRSC	1	1	1	2.916.666,75	2.913.333,42	2.910.000,09	0,47	
G5.2 EDIFÍCIO SEDE	1	1	1	14.520.833,38	14.501.666,72	14.482.500,06	2,36	
G7 Investimentos em "Shopping Centers"				13.966.457,15	13.966.486,40	13.993.987,61	2,28	
G7.1 Beiramar Empresa de Shopping Center				13.966.457,15	13.966.486,40	13.993.987,61	2,28	
G8 Alienação de Imóveis				278.937,19	271.528,11	263.083,14	0,04	
G8.1 ESCRITÓRIO DO D.R.R.S.				278.937,19	271.528,11	263.083,14	0,04	
Gm.2. Valores a receber				204.347,56	204.347,56	204.347,56	0,03	
Gm.2.1. Aluguéis a receber				204.347,56	204.347,56	204.347,56	0,03	
H. EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES				9.815.862,28	9.725.558,25	9.641.332,14	1,58	
H.1. Empréstimos com Garantia	453	426	390	1.053.016,07	999.848,73	938.818,98	0,16	
H.2. Empréstimos Simples	2.429	2.441	2.457	8.762.846,19	8.725.709,52	8.702.513,16	1,42	
I. FINANCIAMENTOS AOS PARTICIPANTES				0,00	0,00	0,00		
J. OPER. PASSIVAS CONTRATADAS C/ PATROCINADORA (PORT.176/96)				0,00	0,00	0,00		
K. OPERAÇÕES ATIVAS DE EMPRÉSTIMOS A PATROCINADORA				0,00	0,00	0,00		
L. OUTROS INVESTIMENTOS				225.980,31	229.835,90	230.728,95	0,04	
L.1. Empréstimos Desconto em Folha				225.980,31	229.835,90	230.728,95	0,04	

QUADRO III - REQUISITOS DE DIVERSIFICAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	VALOR R\$	%
1. Títulos Públicos e Privados com prazo a decorrer na data da sua aquisição, inferior a 90 dias e em Oper. Compromissadas;		
2. Margem de Garantia adicionado ao somatório dos valores pagos a tit. de prêmio em operações de compra de opções;		
3. Diferencial entre prêmios pagos e recebidos em operações no merc. de opções que resultem em rend. Predeterminados;		
4. Valores corresp. às margens de operações de venda de opções de compra a descoberto e de venda de opções de venda;		
5. Aplicações em uma única série de debêntures	10.979.702,62	
5.1 Centro Século XXI S/A 1	2.821.053,63	12,00
5.2 Centro Século XXI S/A 2	2.134.054,39	12,00
5.3 Centro Século XXI S/A 3	954.047,84	12,00
5.4 Centro Século XXI S/A 4	711.559,82	9,72
5.5 FENICIAPAR S/A 1	1.728.236,34	6,00
5.6 NORDON IND. METALÚRGICAS 1	2.630.750,60	10,44
6. Aplicações em quotas de um único fundo de investimentos imobiliários;		
7. Aplicações em quotas de um único fundo mútuo de investimentos em empresas emergentes;		

QUADRO IV - DESENQUADRAMENTOS

DISCRIMINAÇÃO	% DESENQUADRAMENTO	OBSERVAÇÕES

QUADRO V - JUSTIFICATIVAS

--

DIRETOR

NELSON ANTÔNIO VIEIRA DE ANDRADE
Diretor
C.P.F. nº 288.844.429-15

CONTADOR

NATANAEL CARVALHO
Contador
C.P.F. nº 009.838.880-00

ANEXO A

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS QUANTIDADES E DOS PERCENTUAIS DE APLICAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DAS AÇÕES E VALORES MOBILIÁRIOS DETIDOS NO MERCADO À VISTA CUMULATIVAMENTE COM AS AÇÕES DETIDAS ATRAVÉS DOS FUNDOS MÚTUOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES - CARTEIRA LIVRE (FMIA-CL) E DOS CERTIFICADOS DE DEPOSITO DE AÇÕES (CDA)

I - IDENTIFICAÇÃO

ENTIDADE: FUNDAÇÃO ELETROSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	PERÍODO: 1º TRIMESTRE DE 2001
SIGLA: ELOS	CÓDIGO: 0.252-5
	CNPJ 42.286.245/0001-77

II - CARACTERIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

(A) DISCRIMINAÇÃO	(B) ESPÉCIE/ TIPO	(C) AÇÕES NO MERCADO À VISTA E BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO		(D) AÇÕES NOS FMIA-CL		(E) AÇÕES NOS CDA		(F) SOMATÓRIO (C + D + E)		(G) DEBÊNTURES	(H) SOMATÓRIO (F + G)	(I) CAPITAL VOTANTE OU CAPITAL TOTAL
								(LIMITE 5%)		(LIMITE 10%)	(LIMITE 10%)	(LIMITE 20%)
		QUANT.	%	QUANT.	%	QUANT.	%	QUANT.	%	%	%	%
AMBEV CIA BEB AMERI AMBEV	PN	0 0	0,00 0,00	1.061.533 1.061.533	0,09 0,09	0 0	0,00 0,00	1.061.533 1.061.533	0,09 0,09	0,00 0,00	0,09 0,09	0,12 0,12
ARACRUZ ARACRUZ	PNB	0 0	0,00 0,00	241.099 241.099	0,11 0,11	0 0	0,00 0,00	241.099 241.099	0,11 0,11	0,00 0,00	0,11 0,11	0,02 0,02
BAHIA SUL BAHIA SUL	PNA	0 0	0,00 0,00	1.150.000 1.150.000	0,05 0,05	0 0	0,00 0,00	1.150.000 1.150.000	0,05 0,05	0,00 0,00	0,05 0,05	0,04 0,04
BANCO ITAU ITAUBANCO	PN	0 0	0,00 0,00	2.504.133 2.504.133	0,07 0,07	0 0	0,00 0,00	2.504.133 2.504.133	0,07 0,07	0,00 0,00	0,07 0,07	0,00 0,00
BANESPA BANESPA	PN	0 0	0,00 0,00	15.877.230 15.877.230	0,24 0,24	0 0	0,00 0,00	15.877.230 15.877.230	0,24 0,24	0,00 0,00	0,24 0,24	0,04 0,04
BRADESCO BRADESCO BRADESCO BRADESCO	DIR PN PNR	0 0 0 0	0,00 0,00 0,00 0,00	242.430.035 2.078.717 236.559.107 3.792.212	0,48 0,00 0,47 0,01	0 0 0 0	0,00 0,00 0,00 0,00	242.430.035 2.078.717 236.559.107 3.792.212	0,48 0,00 0,47 0,01	0,00 0,00 0,00 0,00	0,48 0,00 0,47 0,01	0,02 0,00 0,00 0,00
BRADESPAR BRADESPAR BRADESPAR	ON PN	0 0 0	0,00 0,00 0,00	364.736.565 185.776.565 178.960.000	0,06 0,03 0,03	0 0 0	0,00 0,00 0,00	364.736.565 185.776.565 178.960.000	0,06 0,03 0,03	0,00 0,00 0,00	0,06 0,03 0,03	0,03 0,00 0,00
BRASIL TELECOM - TELEPAR BRASIL TELECOM	PN	0 0	0,00 0,00	60.624.809 60.624.809	0,14 0,14	0 0	0,00 0,00	60.624.809 60.624.809	0,14 0,14	0,00 0,00	0,14 0,14	0,86 0,86
BRASIL TELECOM. PART. (TELE CTR) BRASIL T PART BRASIL T PART	ON PN	0 0 0	0,00 0,00 0,00	324.333.910 113.028.000 211.305.910	1,06 0,34 0,72	0 0 0	0,00 0,00 0,00	324.333.910 113.028.000 211.305.910	1,06 0,34 0,72	0,00 0,00 0,00	1,06 0,34 0,72	0,10 0,00 0,00
CEMIG CEMIG	PN	0 0	0,00 0,00	142.626.670 142.626.670	0,72 0,72	0 0	0,00 0,00	142.626.670 142.626.670	0,72 0,72	0,00 0,00	0,72 0,72	0,09 0,09
CIA SANEAMENTO BÁSICO SABESP SABESP	DIR ON	0 0 0	0,00 0,00 0,00	5.866.671 3.338 5.863.333	0,20 0,00 0,20	0 0 0	0,00 0,00 0,00	5.866.671 3.338 5.863.333	0,20 0,00 0,20	0,00 0,00 0,00	0,20 0,00 0,20	0,02 0,00 0,02
CIA SIDERÚRGICA NACIONAL SID. NACIONAL	ON	0 0	0,00 0,00	20.833.119 20.833.119	0,21 0,21	0 0	0,00 0,00	20.833.119 20.833.119	0,21 0,21	0,00 0,00	0,21 0,21	0,03 0,03
COPEL COPEL COPEL	ON PNB	0 0 0	0,00 0,00 0,00	104.731.000 33.200 71.531.000	0,31 0,09 0,22	0 0 0	0,00 0,00 0,00	104.731.000 33.200 71.531.000	0,31 0,09 0,22	0,00 0,00 0,00	0,31 0,09 0,22	0,03 0,00 0,00
COPENE COPENE	PNA	0 0	0,00 0,00	586.667 586.667	0,06 0,06	0 0	0,00 0,00	586.667 586.667	0,06 0,06	0,00 0,00	0,06 0,06	0,04 0,04
COTEMINAS COTEMINAS	PN	0 0	0,00 0,00	2.690.000 2.690.000	0,07 0,07	0 0	0,00 0,00	2.690.000 2.690.000	0,07 0,07	0,00 0,00	0,07 0,07	0,07 0,07
CRT CELULAR CRT CELULAR	PNA	0 0	0,00 0,00	2.833.087 2.833.087	0,39 0,39	0 0	0,00 0,00	2.833.087 2.833.087	0,39 0,39	0,00 0,00	0,39 0,39	0,11 0,11
DURATEX DURATEX	PN	0 0	0,00 0,00	6.999.000 6.999.000	0,07 0,07	0 0	0,00 0,00	6.999.000 6.999.000	0,07 0,07	0,00 0,00	0,07 0,07	0,08 0,08
ELETRORÁS ELETRORÁS ELETRORÁS	ON PNB	0 0 0	0,00 0,00 0,00	106.718.454 17.831.354 88.887.100	0,67 0,12 0,55	0 0 0	0,00 0,00 0,00	106.718.454 17.831.354 88.887.100	0,67 0,12 0,55	0,00 0,00 0,00	0,67 0,12 0,55	0,02 0,00 0,00
EMBRAER EMBRAER	ON	0 0	0,00 0,00	47.140 47.140	0,12 0,12	0 0	0,00 0,00	47.140 47.140	0,12 0,12	0,00 0,00	0,12 0,12	0,02 0,02
EMBRATEL PARTICIPAÇÕES EMBRATEL PART EMBRATEL PART	ON PN	0 0 0	0,00 0,00 0,00	194.979.316 157.146.200 37.833.116	0,71 0,54 0,17	0 0 0	0,00 0,00 0,00	194.979.316 157.146.200 37.833.116	0,71 0,54 0,17	0,00 0,00 0,00	0,71 0,54 0,17	0,15 0,00 0,00
FOSFERTIL FOSFERTIL	PN	0 0	0,00 0,00	41.520.000 41.520.000	0,04 0,04	0 0	0,00 0,00	41.520.000 41.520.000	0,04 0,04	0,00 0,00	0,04 0,04	0,04 0,04
GERASUL GERASUL	ON	0 0	0,00 0,00	90.000.000 90.000.000	0,05 0,05	0 0	0,00 0,00	90.000.000 90.000.000	0,05 0,05	0,00 0,00	0,05 0,05	0,00 0,00
GERDAU GERDAU	PN	0 0	0,00 0,00	142.356.680 142.356.680	0,46 0,46	0 0	0,00 0,00	142.356.680 142.356.680	0,46 0,46	0,00 0,00	0,46 0,46	0,24 0,24

II - CARACTERIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

(A)	(B)	(C)		(D)		(E)		(F)		(G)	(H)	(I)
DISCRIMINAÇÃO	ESPÉCIE/ TIPO	AÇÕES NO MERCADO A VISTA E BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO		AÇÕES NOS FUNDOS		AÇÕES NOS CDA		SOMATÓRIO (C + D + E)		DEBÊNTURES	SOMATÓRIO (F + G)	CAPITAL VOTANTE OU CAPITAL TOTAL
								(LIMITE 5%)		(LIMITE 10%)	(LIMITE 10%)	(LIMITE 20%)
		QUANT.	%	QUANT.	%	QUANT.	%	QUANT.	%	%	%	%
GERDAU METALÚRGICA GERDAU MET.	PN	0	0,00	12.272.000	0,07	0	0,00	12.272.000	0,07	0,00	0,07	0,12
		0	0,00	12.272.000	0,07	0	0,00					
GLOBEX GLOBEX	PN	0	0,00	13.000	0,05	0	0,00	13.000	0,05	0,00	0,05	0,02
		0	0,00	13.000	0,05	0	0,00					
GLOBO CABO GLOBO CABO	PN	0	0,00	1.443.656	0,40	0	0,00	1.443.656	0,40	0,00	0,40	0,09
		0	0,00	1.443.656	0,40	0	0,00					
ITAUSA ITAUSA ITAUSA	DIR PN	0 0	0,00 0,00	1.770.941 12.935 1.758.005	0,54 0,00 0,54	0 0 0	0,00 0,00 0,00	1.770.941 12.935 1.758.005	0,54 0,00 0,54	0,00	0,54	0,07
KLabin KLabin	PN	0 0	0,00 0,00	304.100 304.100	0,06 0,06	0 0	0,00 0,00	304.100 304.100	0,06 0,06	0,00	0,06	0,04
PÃO AÇÚCAR PÃO AÇÚCAR	PN	0 0	0,00 0,00	1.989.288 1.989.288	0,02 0,02	0 0	0,00 0,00	1.989.288 1.989.288	0,02 0,02	0,00	0,02	0,00
PERDIGÃO PERDIGÃO	PN	0 0	0,00 0,00	90.140 90.140	0,23 0,23	0 0	0,00 0,00	90.140 90.140	0,23 0,23	0,00	0,23	0,00
PETROBRÁS PETROBRÁS PETROBRÁS	ON PN	0 0 0	0,00 0,00 0,00	259.118 2.727 256.391	2,20 0,02 2,18	0 0 0	0,00 0,00 0,00	259.118 2.727 256.391	2,20 0,02 2,18	0,00	2,20	0,00
SADIA SADIA	PN	0 0	0,00 0,00	730.352 730.352	0,16 0,16	0 0	0,00 0,00	730.352 730.352	0,16 0,16	0,00	0,16	0,10
TELE CL SUL PARTICIPAÇÕES S/A TELE CL SUL PAR TELE CL SUL PAR	ON PN	0 0 0	0,00 0,00 0,00	142.048.000 55.000.000 87.048.000	0,09 0,03 0,06	0 0 0	0,00 0,00 0,00	142.048.000 55.000.000 87.048.000	0,09 0,03 0,06	0,00	0,09	0,05
TELE CTR OESTE CELULAR PART TELE CTR OES C PART	PN	0 0	0,00 0,00	85.229.633 85.229.633	0,10 0,10	0 0	0,00 0,00	85.229.633 85.229.633	0,10 0,10	0,00	0,10	0,03
TELE NORD CL PARTICIPAÇÕES TELE NORD CL PA	ON	0 0	0,00 0,00	99.706.000 99.706.000	0,06 0,06	0 0	0,00 0,00	99.706.000 99.706.000	0,06 0,06	0,00	0,06	0,08
TELEBRÁS REMANESCENTE TELEBRÁS REMAN	PN	0 0	0,00 0,00	57.286.982 57.286.982	0,00 0,00	0 0	0,00 0,00	57.286.982 57.286.982	0,00 0,00	0,00	0,00	0,02
TELEMAR - (TELE NORTE LESTE PA) TELEMAR TELEMAR	ON PN	0 0 0	0,00 0,00 0,00	325.108.263 90.103.576 235.004.687	2,14 0,50 1,64	0 0 0	0,00 0,00 0,00	325.108.263 90.103.576 235.004.687	2,14 0,50 1,64	0,00	2,14	0,10
TELEMIG CEL PARTICIPAÇÕES TELEMIG CEL PAR	PN	0 0	0,00 0,00	15.056.667 15.056.667	0,01 0,01	0 0	0,00 0,00	15.056.667 15.056.667	0,01 0,01	0,00	0,01	0,01
TELEPAR TELEPAR TELEPAR	PN PNB	0 0 0	0,00 0,00 0,00	36.432.285 14.296.667 22.145.619	0,10 0,04 0,06	0 0 0	0,00 0,00 0,00	36.432.285 14.296.667 22.145.619	0,10 0,04 0,06	0,00	0,10	0,00
TELERJ TELERJ	PN	0 0	0,00 0,00	413.333 413.333	0,00 0,00	0 0	0,00 0,00	413.333 413.333	0,00 0,00	0,00	0,00	0,00
TELESP CEL PAR TELESP CEL PAR	PN	0 0	0,00 0,00	212.018.779 212.018.779	0,61 0,61	0 0	0,00 0,00	212.018.779 212.018.779	0,61 0,61	0,00	0,61	0,05
UNIBANCO UNIBANCO	PN	0 0	0,00 0,00	11.000.000 11.000.000	0,09 0,09	0 0	0,00 0,00	11.000.000 11.000.000	0,09 0,09	0,00	0,09	0,01
USIMINAS USIMINAS	PNA	0 0	0,00 0,00	136.033 136.033	0,24 0,24	0 0	0,00 0,00	136.033 136.033	0,24 0,24	0,00	0,24	0,03
VALE RIO DOCE VALE RIO DOCE	PNA	0 0	0,00 0,00	62.407 62.407	0,53 0,53	0 0	0,00 0,00	62.407 62.407	0,53 0,53	0,00	0,53	0,01
VOTORANTIM C. P. VCP	PN	0 0	0,00 0,00	16.568.000 16.568.000	0,16 0,16	0 0	0,00 0,00	16.568.000 16.568.000	0,16 0,16	0,00	0,16	0,04

III - DESENUADRAMENTOS

IV - JUSTIFICATIVAS

DIRETOR

NELSON ANTÔNIO VIEIRA DE ANDRADE
Diretor
C.P.F. nº 288.844.429-15

CONTADOR

NATANAEL CARVALHO
Contador
C.R.C. nº 10.459

FUNDAÇÃO ELETROSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – ELOS
CNPJ Nº 42.286.245/0001-77

BALANÇO PATRIMONIAL DO 1º TRIMESTRE DE 2001

ATIVO		PASSIVO	
DISPONÍVEL	183.257,38	EXIGÍVEL OPERACIONAL	12.023.573,00
REALIZÁVEL	755.569.943,40	PROGRAMA PREVIDENCIAL	5.618.850,11
PROGRAMA PREVIDENCIAL	142.796.658,21	PROGRAMA ASSISTENCIAL	2.895.762,42
PROGRAMA ASSISTENCIAL	6.620.888,77	PROGRAMA ADMINISTRATIVO	3.508.960,47
PROGRAMA ADMINISTRATIVO	2.565.414,14	EXIGÍVEL CONTIGENCIAL	12.766.830,43
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	603.586.982,28	PROGRAMA PREVIDENCIAL	12.766.830,43
RENTA FIXA	467.510.914,94	RESERVAS TÉCNICAS	715.627.665,06
RENTA VARIÁVEL	93.634.793,86	RESERVAS MATEMÁTICAS	678.019.835,81
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	32.569.212,39	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	480.411.546,57
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	9.641.332,14	BENEFÍCIOS A CONCEDER	228.508.665,70
OUTROS INVESTIMENTOS	230.728,95	RESERVAS A AMORTIZAR (–)	(30.900.376,46)
PERMANENTE	242.689,44	RESULTADO ACUMULADO	37.607.829,25
		FUNDOS	15.577.821,73
		PROGRAMA ASSISTENCIAL	14.967.198,76
		PROGRAMA ADMINISTRATIVO	463.152,06
		PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	147.470,91
TOTAL DO ATIVO	755.995.890,22	TOTAL DO PASSIVO	755.995.890,22

NOTA: PUBLICAÇÃO EM ATENDIMENTO AO PARÁGRAFO 2º DO ART. 8º DO DECRETO Nº 606, DE 20/07/92.

Paulo W. Portella
Diretor Superintendente

Plínio J. A. Bueno
Diretor de Seguridade

Nelson A. Vieira de Andrade
Diretor Financeiro

Antonio Waldir Vituri
Diretor Administrativo

Natanael Carvalho
Contador - CRC SC nº 10.459

ANEXO III – Organograma da Fundação ELOS.

